



**ANDRESSA LUIZA DIAS CALDAS**

**O ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES FORMATIVAS  
EM WALTER BENJAMIN**

**LAVRAS – MG  
2026**

**ANDRESSA LUIZA DIAS CALDAS**

**O ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES FORMATIVAS EM WALTER  
BENJAMIN**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

**Orientador**  
**Prof. Dr. Vanderlei Barbosa**

**LAVRAS – MG**  
**2026**

**Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração  
de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com  
dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Dias Caldas, Andressa Luiza.

O ensino de História : possibilidades formativas em Walter Benjamin / Andressa  
Luiza Dias Caldas. - 2026.  
73 p.

Orientador: Vanderlei Barbosa

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2026.  
Bibliografia.

1. Ensino de História. 2. Walter Benjamin. 3. Concepção de História. 4.  
Emancipação. 5. Formação. I. Barbosa, Vanderlei. II. Universidade Federal de Lavras.  
III. Título.

**ANDRESSA LUIZA DIAS CALDAS**

**O ENSINO DE HISTÓRIA: POSSIBILIDADES FORMATIVAS EM WALTER  
BENJAMIN**

**HISTORY TEACHING: FORMATIVE POSSIBILITIES IN WALTER  
BENJAMIN**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Educação, área de concentração em Formação de Professores, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 3 de março de 2026.  
Dr. Vanderlei Barbosa – UFLA  
Dra. Margarita Rosa Sgró – UNCP  
Dr. Fábio Pinto Gonçalves dos Reis – UFLA

**Orientador**  
**Prof. Dr. Vanderlei Barbosa**

**LAVRAS – MG**  
**2026**

Dedico esta pesquisa a todos aqueles e aquelas que, ao longo da história, tiveram suas vozes silenciadas e suas experiências apagadas pelas narrativas dos vencedores. Aos sujeitos historicamente oprimidos, cujas lutas, memórias e resistências persistem como centelhas de esperança, capazes de iluminar o presente e abrir possibilidades de transformação. Dedico, ainda, aos educadores e educadoras que, no exercício cotidiano do ensino, assumem a responsabilidade ética de lembrar, narrar e resistir, reafirmando a educação como prática de emancipação e justiça histórica.

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Lavras (UFLA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de formação acadêmica e humana, que possibilitaram a realização desta pesquisa.

Ao professor Vanderlei Barbosa, meu orientador, expresso minha sincera gratidão pela orientação cuidadosa, pelo diálogo constante, pela escuta atenta e pelas contribuições teóricas e metodológicas que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à banca examinadora, composta pela Dra. Margarita Rosa Sgró e pelo Dr. Fábio Pinto Gonçalves dos Reis, pela disponibilidade, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas apresentadas durante a avaliação deste trabalho.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação, agradeço pelos ensinamentos e pelas reflexões compartilhadas que ampliaram minha compreensão sobre a educação, a pesquisa e a prática docente.

Aos colegas do mestrado, deixo meu agradecimento pela convivência, pelas trocas de experiências, pelo apoio mútuo e pelos aprendizados construídos coletivamente ao longo dessa trajetória.

À minha família, meu alicerce, agradeço com especial carinho. Ao meu pai, Osvaldo, e à minha mãe, Lucila, pelo amor, incentivo e apoio incondicional em todos os momentos. Ao meu irmão, André, pela presença, compreensão e apoio ao longo dessa caminhada. Sem vocês, este percurso não teria sido possível.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, minha gratidão.

*“A educação não transforma o mundo.  
Educação muda as pessoas. Pessoas  
transformam o mundo.” (Paulo  
Freire, 1979)*

## RESUMO

A história é atravessada por disputas de sentido, memória e poder, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais, silenciamentos e pela permanência de narrativas hegemônicas. Diante desse cenário, torna-se necessário repensar criticamente os fundamentos epistemológicos do ensino de História, frequentemente sustentado por concepções lineares, orientadas pela ideia de progresso contínuo e por perspectivas deterministas. Nesse sentido, esta dissertação analisa a concepção de história elaborada por Walter Benjamin nas *Teses sobre o conceito de história* (2020), investigando de que modo seus pressupostos teóricos podem contribuir para a construção de práticas pedagógicas críticas, éticas e emancipadoras no ensino de História. A questão que orienta a pesquisa consiste em compreender como a concepção benjaminiana de história pode fundamentar o ensino de História como prática formativa voltada à memória, à resistência e à emancipação dos sujeitos. O objetivo geral é compreender o ensino de História à luz das teses benjaminianas, evidenciando suas potencialidades para a superação de narrativas lineares e excludentes. Como objetivos específicos, busca-se: examinar a crítica ao historicismo e ao determinismo histórico; analisar o ensino de História como prática de resistência; e discutir as categorias de dialética, narração e experiência como possibilidades formativas no contexto escolar. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, fundamentado principalmente em Walter Benjamin (2020), em diálogo com Michael Löwy (2005, 2020), Jeanne Marie Gagnebin (2009) e Nilo Agostini (2019). Como desdobramento, foi elaborado um artigo científico como produto educacional, voltado à educação básica. Espera-se que o estudo contribua para a renovação do ensino de História e para a formação de sujeitos críticos, capazes de confrontar narrativas excludentes e mobilizar a memória como instrumento de transformação social.

Palavras-chave: ensino de história; Walter Benjamin; concepção de história; emancipação; formação.

## ABSTRACT

History is permeated by disputes over meaning, memory, and power, especially in contexts marked by social inequalities, silencing, and the persistence of hegemonic narratives. In this scenario, it becomes necessary to critically rethink the epistemological foundations of History teaching, which are often grounded in linear conceptions guided by the idea of continuous progress and by deterministic perspectives. In this sense, this dissertation analyzes the conception of history elaborated by Walter Benjamin in the *Theses on the Concept of History* (2020), investigating how his theoretical assumptions can contribute to the construction of critical, ethical, and emancipatory pedagogical practices in History teaching. The research question seeks to understand how the Benjaminian conception of history can ground the teaching of History as a formative practice oriented toward memory, resistance, and the emancipation of subjects. The general objective is to understand History teaching in light of Benjamin's theses, highlighting their potential to overcome linear and exclusionary narratives. The specific objectives are to examine the critique of historicism and historical determinism; to analyze History teaching as a practice of resistance; and to discuss the categories of dialectics, narration, and experience as formative possibilities in the school context. This study is characterized as bibliographic research, primarily grounded in Walter Benjamin (2020), in dialogue with Michael Löwy (2005, 2020), Jeanne Marie Gagnebin (2009), and Nilo Agostini (2019). As an outcome, a scientific article was developed as an educational product aimed at basic education. It is expected that the study will contribute to the renewal of History teaching and to the formation of critical subjects capable of confronting exclusionary narratives and mobilizing memory as an instrument of social transformation.

Keywords: history teaching; Walter Benjamin; conception of history; emancipation; education.

## INDICADORES DE IMPACTO

Esta dissertação investigou a concepção de história elaborada por Walter Benjamin, com ênfase nas *Teses sobre o conceito de história*, e suas contribuições para o ensino de História, especialmente no que se refere à superação de narrativas lineares, progressistas e excludentes. O estudo teve como objetivo compreender o ensino de História como uma prática formativa orientada pela memória, pela escuta das vozes historicamente silenciadas e pela responsabilidade ética diante do passado, do presente e do futuro. Os resultados da pesquisa evidenciam impactos relevantes no campo educacional ao reafirmar o ensino de História como um espaço de disputa de sentidos, de formação da consciência histórica crítica e de resistência ao apagamento de sujeitos marginalizados. A análise das teses benjaminianas contribui para problematizar concepções tradicionais de história ainda presentes nas práticas escolares, oferecendo subsídios teóricos para a construção de abordagens pedagógicas comprometidas com a justiça histórica e a emancipação dos sujeitos. No âmbito da prática docente, a pesquisa impacta ao fortalecer o papel do professor como mediador de narrativas, experiências e memórias, deslocando-o da função de mero transmissor de conteúdos para a de sujeito formador, capaz de promover a leitura crítica do passado e sua articulação com as urgências do presente. A valorização das categorias de dialética, narração e experiência amplia as possibilidades pedagógicas no ensino de História, favorecendo práticas mais reflexivas, éticas e socialmente situadas. No que se refere à formação de professores, o estudo oferece contribuições significativas ao evidenciar a importância de uma formação teórica sólida, capaz de sustentar práticas educativas críticas diante de contextos marcados por negacionismos, revisionismos e disputas em torno da memória histórica. A abordagem benjaminiana apresentada na pesquisa amplia os horizontes formativos ao articular história, educação e compromisso político-pedagógico. Em uma perspectiva mais ampla, os impactos da pesquisa ultrapassam o espaço da sala de aula, ao contribuir para a compreensão da escola como lugar de memória, resistência e produção de sentidos históricos. O produto educacional desenvolvido, na forma de artigo científico, constitui um material formativo que pode subsidiar professores da educação básica na apropriação crítica das teses de Walter Benjamin, fortalecendo práticas de ensino de História comprometidas com a transformação social. Dessa forma, a pesquisa reafirma o potencial do pensamento benjaminiano para iluminar o ensino de História como prática formativa e emancipadora, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu lugar no tempo histórico e capazes de intervir de maneira ética e responsável na realidade social.

## **IMPACT INDICATORS**

This dissertation investigated Walter Benjamin's conception of history, with emphasis on his *Theses on the Concept of History*, and its contributions to history teaching, especially regarding the overcoming of linear, progressive, and exclusionary narratives. The study aimed to understand history teaching as a formative practice guided by memory, by listening to historically silenced voices, and by ethical responsibility towards the past, present, and future. The research results highlight relevant impacts in the educational field by reaffirming history teaching as a space for contesting meanings, for the formation of critical historical consciousness, and for resistance to the erasure of marginalized subjects. The analysis of Benjamin's theses contributes to problematizing traditional conceptions of history still present in school practices, offering theoretical support for the construction of pedagogical approaches committed to historical justice and the emancipation of subjects. In the context of teaching practice, the research has an impact by strengthening the teacher's role as a mediator of narratives, experiences, and memories, shifting them from the function of mere transmitter of content to that of a formative subject, capable of promoting a critical reading of the past and its articulation with the urgencies of the present. The valorization of the categories of dialectics, narration, and experience expands the pedagogical possibilities in the teaching of History, favoring more reflective, ethical, and socially situated practices. Regarding teacher training, the study offers significant contributions by highlighting the importance of a solid theoretical foundation capable of supporting critical educational practices in contexts marked by denialism, revisionism, and disputes surrounding historical memory. The Benjaminian approach presented in the research broadens formative horizons by articulating history, education, and political-pedagogical commitment. From a broader perspective, the impacts of the research extend beyond the classroom, contributing to the understanding of the school as a place of memory, resistance, and the production of historical meanings. The educational product developed, in the form of a scientific article, constitutes formative material that can support basic education teachers in the critical appropriation of Walter Benjamin's theses, strengthening history teaching practices committed to social transformation. In this way, the research reaffirms the potential of Benjaminian thought to illuminate history teaching as a formative and emancipatory practice, contributing to the formation of critical subjects, aware of their place in historical time and capable of intervening ethically and responsibly in social reality.

## SUMÁRIO

|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. PREÂMBULO.....</b>                                                             | <b>13</b> |
| <b>2. INTRODUÇÃO.....</b>                                                            | <b>16</b> |
| <b>3. METODOLOGIA.....</b>                                                           | <b>19</b> |
| <b>4. A HISTÓRIA A CONTRAPELO: CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM<br/>WALTER BENJAMIN.....</b> | <b>22</b> |
| <b>4.1 Walter Benjamin e o contexto histórico de elaboração das Teses.....</b>       | <b>24</b> |
| <b>4.2 Crítica ao historicismo e ao determinismo histórico.....</b>                  | <b>26</b> |
| <b>4.3 Relação entre materialismo histórico e teologia em Walter Benjamin.....</b>   | <b>30</b> |
| <b>4.4 A história a contrapelo como método crítico e político.....</b>               | <b>34</b> |
| <b>5. ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA<br/>DE WALTER BENJAMIN.....</b>              | <b>40</b> |
| <b>5.1 O ensino de História como prática de resistência.....</b>                     | <b>41</b> |
| <b>5.2 A dialética como ferramenta pedagógica.....</b>                               | <b>45</b> |
| <b>5.3 Narração, experiência e possibilidades formativas.....</b>                    | <b>48</b> |
| <b>6. CONCLUSÃO.....</b>                                                             | <b>51</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                              | <b>54</b> |
| <b>APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>                                           | <b>55</b> |

## 1. PREÂMBULO

Pensar o ensino de História no tempo presente implica confrontar-se com disputas em torno da memória, do passado e do sentido da experiência histórica. Em um contexto marcado por negacionismos, autoritarismos e pela naturalização da violência, a História deixa de ser apenas um campo de conhecimento para afirmar-se como um espaço de responsabilidade ética e política. Ensinar História, nessas condições, significa interrogar narrativas consagradas, reconhecer silenciamentos e tensionar a ideia de progresso contínuo que, não raramente, encobre processos de dominação, exclusão e apagamento de sujeitos históricos.

Essa compreensão se articula diretamente à minha trajetória formativa e profissional como pedagoga e pesquisadora no campo da educação. Meu percurso acadêmico teve início em 2018, com o ingresso no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Nesse espaço, diferentes experiências formativas contribuíram para a constituição de um olhar crítico sobre a educação, a cultura e a história.

Ao longo da graduação, o contato com debates teóricos, práticas educativas e reflexões sobre o papel social da escola foi decisivo para esse processo. Essas vivências permitiram compreender que a formação da consciência histórica não se restringe ao ensino formal da disciplina História. Ela se constrói por meio das narrativas, das experiências vividas, das memórias compartilhadas e das práticas institucionais que atravessam o cotidiano escolar.

Foi nesse percurso que ocorreu meu primeiro contato com o pensamento de Walter Benjamin, na disciplina Metodologia do Ensino de Arte, ministrada pela professora doutora Dalva de Souza Lobo. A leitura do ensaio “O narrador”, presente na obra *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, revelou-se particularmente significativa para minha formação.

Nesse texto, Benjamin analisa a crise da narração na modernidade e o empobrecimento da experiência diante das transformações técnicas e das relações sociais próprias do capitalismo. O autor evidencia como a experiência compartilhada, transmitida pela palavra, pela memória e pela tradição, é progressivamente substituída pela informação rápida, fragmentada e destituída de profundidade formativa. A obra, em seu conjunto, reúne reflexões fundamentais nas quais Benjamin problematiza as relações entre arte, técnica, política e experiência. Nesses escritos, formula uma crítica contundente à noção de progresso contínuo que marca a modernidade.

Essa leitura foi decisiva para a consolidação de meus interesses de pesquisa. A densidade teórica e a sensibilidade crítica do pensamento benjaminiano, especialmente na

articulação entre história, memória e experiência, provocaram inquietações que passaram a orientar minha formação acadêmica.

A partir desse primeiro contato, iniciei um diálogo com meu orientador, professor doutor Vanderlei Barbosa, acerca da obra de Walter Benjamin e das possibilidades de aprofundamento de seus escritos no campo educacional. Nesse processo, tive acesso às *Teses Sobre o Conceito de História*, reconhecidas como um referencial potente para a crítica às concepções lineares, deterministas e progressistas da história.

Desse diálogo resultou a definição do tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, dedicado à análise da concepção de história em Walter Benjamin e Paulo Freire. A aproximação entre esses autores justificou-se pela centralidade de Paulo Freire no campo da educação e pelas afinidades teóricas existentes entre seus pensamentos.

Ambos rejeitam concepções lineares e teleológicas da história. Compreendem-na como um processo atravessado por conflitos, rupturas e possibilidades de transformação. Além disso, compartilham um compromisso ético com os sujeitos historicamente oprimidos. Defendem uma educação fundamentada na consciência crítica, na práxis e na transformação social.

Embora o Trabalho de Conclusão de Curso tenha representado um momento relevante de sistematização dessas reflexões, a finalização da graduação não encerrou os questionamentos teóricos suscitados pelas *Teses Sobre o Conceito de História*. Ao contrário, permaneceu a necessidade de aprofundar o estudo do pensamento benjaminiano, especialmente no que se refere às suas implicações para o campo educacional. Essa inquietação teórica motivou o ingresso no mestrado imediatamente após a conclusão do curso de Pedagogia.

A escolha por analisar a concepção benjaminiana de história no âmbito do ensino de História relaciona-se à minha formação como pedagoga. Vincula-se, também, ao interesse em compreender os processos formativos que atravessam a escola enquanto instituição social. Ainda que não atue como professora de História, compreendo que a construção da consciência histórica antecede sua formalização curricular.

Ela se realiza por meio das experiências escolares, das narrativas mobilizadas e das memórias compartilhadas. Envolve, ainda, as formas pelas quais a escola ensina a olhar para o passado, compreender o presente e imaginar o futuro. Nessa perspectiva, pensar o ensino de História ultrapassa os limites disciplinares e exige refletir sobre o papel da escola na produção de sentidos históricos.

Inspirada pelo pensamento de Walter Benjamin, esta dissertação compreende a história não como uma sucessão linear de fatos, mas como um campo de conflitos, ruínas e possibilidades não realizadas. Ao deslocar o olhar para as experiências dos sujeitos historicamente oprimidos, Benjamin convoca uma leitura crítica do passado orientada pela memória, pela justiça histórica e pela recusa do conformismo. Em diálogo com a pedagogia crítica de Paulo Freire, essa perspectiva permite conceber o ensino de História como uma prática formativa comprometida com a conscientização e com a transformação social.

Dessa forma, este trabalho nasce do reconhecimento de que educar historicamente é assumir uma responsabilidade simultânea com o passado, com o presente e com o futuro. Ao refletir sobre as possibilidades formativas do ensino de História a partir da concepção benjaminiana de história, a pesquisa busca contribuir para a construção de práticas educativas que valorizem a narração, a experiência e a escuta, reafirmando o papel da escola como espaço de formação crítica, memória e resistência.

## 2. INTRODUÇÃO

A história, enquanto campo de conhecimento e prática social, é atravessada por disputas de sentido, relações de poder e processos de silenciamento que moldam tanto a construção historiográfica quanto o ensino escolar. Em contextos marcados por desigualdades sociais, revisionismos, negacionismos e apropriações ideológicas do passado, torna-se cada vez mais urgente repensar criticamente as concepções de história que orientam a formação histórica nas escolas.

Nesse cenário, a narrativa histórica linear, progressista e cumulativa, ainda dominante em muitas práticas pedagógicas, revela-se insuficiente para dar conta das contradições, conflitos e experiências dos sujeitos historicamente oprimidos. A partir dessa problemática, o pensamento de Walter Benjamin, especialmente nas *Teses sobre o conceito de história* (2020), oferece contribuições teóricas fundamentais para uma compreensão crítica da história e de seu ensino.

Ao romper com o historicismo e com a ideia de progresso inevitável, Benjamin propõe uma concepção de história fundada na memória, na interrupção do tempo homogêneo e na escuta das vozes silenciadas. Tal perspectiva desloca o foco dos vencedores para os vencidos, compreendendo o passado como campo de tensões e possibilidades, permanentemente aberto à reinterpretação a partir das urgências do presente. Pensar o ensino de História a partir dessa abordagem implica reconhecer a escola como espaço de disputa simbólica e de formação ética e política.

Diante das disputas de sentido, memória e poder que atravessam a história, este estudo investiga de que modo o ensino de História pode ser concebido como uma prática formativa voltada à memória, à resistência e à emancipação dos sujeitos. Parte-se da concepção de história elaborada por Walter Benjamin nas *Teses sobre o conceito de história* (2020), considerando os limites das narrativas hegemônicas, as concepções lineares orientadas pela ideia de progresso contínuo e os processos de silenciamento de sujeitos historicamente marginalizados.

O objetivo geral da pesquisa é compreender o ensino de História à luz das teses benjaminianas, evidenciando suas potencialidades para a superação de narrativas lineares e excludentes e para a constituição de práticas pedagógicas críticas, éticas e emancipadoras. Como objetivos específicos, busca-se: (1) examinar a crítica benjaminiana ao historicismo e ao determinismo histórico; (2) analisar a história como campo de disputas, memória e resistência; (3) compreender o ensino de História como prática formativa comprometida com a escuta das

experiências e das vozes historicamente silenciadas; e (4) refletir sobre as categorias de dialética, narração e experiência como possibilidades formativas no contexto escolar.

A justificativa deste estudo reside na necessidade de fortalecer abordagens teóricas que contribuam para a renovação do ensino de História, diante da persistência de práticas pedagógicas que reproduzem narrativas lineares, progressistas e excludentes no campo educacional.

Ao dialogar com a concepção de história de Walter Benjamin e com autores que compartilham preocupações teóricas e ético-políticas semelhantes, como Michael Löwy, Jeanne Marie Gagnebin e Nilo Agostini, a pesquisa busca contribuir para a formação crítica e para o aprimoramento do ensino de História.

A presente pesquisa está estruturada na forma de uma dissertação, acompanhada da elaboração de um produto educacional, em atendimento às exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA). A dissertação organiza-se em duas seções centrais, que articulam fundamentos teóricos e reflexões sobre o ensino de História em diálogo com o pensamento de Walter Benjamin.

A seção 1, intitulada *A história a contrapelo: concepção de história em Walter Benjamin*, dedica-se à análise dos principais elementos da concepção benjaminiana de história, constituindo a base teórica do estudo. Inicialmente, aborda-se o contexto histórico e intelectual de elaboração das *Teses sobre o conceito de história*, situando o pensamento do autor diante das crises políticas e sociais do século XX.

Em seguida, discute-se a crítica de Benjamin ao historicismo e ao determinismo, problematizando a noção de progresso e de tempo linear. A seção aprofunda ainda a relação entre materialismo histórico e teologia, evidenciando sua dimensão ética e política, e culmina na análise da noção de *história a contrapelo* como postura crítica frente às narrativas dos vencedores.

A seção 2, intitulada *O ensino de História na perspectiva de Walter Benjamin*, aprofunda o diálogo entre a concepção de história desenvolvida na primeira seção e o campo do ensino de História. A princípio, discute-se o ensino de História como prática de resistência ao apagamento de sujeitos historicamente marginalizados.

Na sequência, analisa-se a dialética como ferramenta pedagógica capaz de evidenciar contradições e tensões do processo histórico. Por fim, refletem-se as categorias de narração e experiência como possibilidades formativas, ressaltando seu potencial para a construção de uma prática pedagógica crítica e emancipadora.

Como desdobramento da pesquisa, foi elaborado um artigo científico como produto educacional. Esse material buscou articular os fundamentos do pensamento benjaminiano

presentes nas *Teses sobre o conceito de história*. Espera-se que os resultados da investigação evidenciem o potencial da abordagem benjaminiana para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a memória, a escuta dos oprimidos e a transformação social, compreendendo o passado não como herança estática, mas como um campo vivo de lutas, resistências e possibilidades.

### 3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracterizou como um estudo bibliográfico, voltado à análise da concepção de história elaborada por Walter Benjamin, com ênfase nas *Teses sobre o conceito de história* (2020) e em suas implicações para o ensino de História. O trabalho parte da compreensão de que o pensamento benjaminiano oferece importantes aportes teóricos para a reflexão sobre a história e suas formas de interpretação no campo educativo.

Assume-se que a crítica de Benjamin ao historicismo, à linearidade temporal e à ideia de progresso fornece fundamentos consistentes para problematizar práticas pedagógicas marcadas pela reprodução de narrativas hegemônicas e pelo silenciamento de sujeitos oprimidos. Nesse sentido, a metodologia articula a reflexão filosófica à dimensão educativa, compreendendo o ensino de História como espaço de disputa simbólica, de formação ética e de resistência.

O percurso metodológico fundamentou-se na pesquisa bibliográfica, que conforme Lakatos e Marconi (2010), esse tipo de pesquisa consiste no levantamento, na seleção e na análise sistemática de produções teóricas já publicadas. Seu objetivo é construir um quadro conceitual capaz de sustentar a investigação do problema proposto. Gil (2010) destaca que essa abordagem se mostra, particularmente, adequada quando se busca compreender uma teoria existente, reinterpretá-la criticamente e aplicá-la a novos contextos. Foi esse o movimento realizado neste estudo, ao relacionar o pensamento benjaminiano ao campo da educação e do ensino de História.

O levantamento bibliográfico foi desenvolvido em etapas articuladas. Inicialmente, realizou-se a leitura aprofundada das *Teses sobre o conceito de história* (Benjamin, 2020), com atenção especial aos conceitos de tempo histórico, memória e crítica ao progresso. Essa etapa teve como objetivo identificar os núcleos conceituais centrais do pensamento de Benjamin. Buscou-se também apreender sua densidade filosófica, política e ética.

Em seguida, procedeu-se à revisão de obras de autores que dialogam diretamente com a perspectiva benjaminiana, como Michael Löwy (2005, 2020), Jeanne Marie Gagnebin (2013) e Nilo Agostini (2019). Essa etapa contribuiu para ampliar a compreensão das teses e situá-las no debate historiográfico contemporâneo. A escolha desses autores ocorreu pela proximidade de suas reflexões com os temas centrais presentes em Benjamin, especialmente a crítica à modernidade, a valorização da memória e a atenção aos sujeitos historicamente marginalizados.

Michael Löwy, por exemplo, aproxima Benjamin das discussões latino-americanas sobre emancipação, utopia e resistência. Jeanne Marie Gagnebin contribui para a

compreensão da memória, da narração e da experiência. Já Nilo Agostini auxilia na reflexão sobre a dimensão ética e humanizadora presente no pensamento benjaminiano.

Na sequência, foram incorporadas contribuições de autores que possibilitaram estabelecer pontes entre a concepção crítica de história e o campo educacional. Destacam-se, nesse movimento, Paulo Freire (2003, 2012), Leonardo Boff (1999, 2000) e Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015).

A escolha desses autores ocorreu pela possibilidade de diálogo entre suas produções e a perspectiva crítica desenvolvida por Benjamin. Paulo Freire contribui para pensar a educação como prática de conscientização, diálogo e transformação social. Sua defesa de uma pedagogia crítica aproxima-se da proposta benjaminiana de romper com narrativas dominantes e promover a emancipação dos sujeitos.

A presença de Leonardo Boff na pesquisa relaciona-se à discussão sobre ética, espiritualidade e libertação na realidade latino-americana. Ao refletir sobre dignidade humana, cuidado e justiça social, Boff aproxima-se da dimensão ética presente nas Teses de Benjamin.

Além disso, sua produção dialoga com a Teologia da Libertação, movimento que ganhou força na América Latina em meio às desigualdades sociais, às violências políticas e aos processos de exclusão vividos no continente. Esse contexto se aproxima das preocupações benjaminianas com os vencidos da história, com os sujeitos silenciados e com a necessidade de interromper os processos históricos marcados pela opressão.

Assim, a relação entre Benjamin e a América Latina torna-se significativa, pois suas reflexões oferecem instrumentos para pensar experiências históricas de colonização, desigualdade, autoritarismo e resistência presentes na realidade latino-americana.

As contribuições de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling permitiram ampliar a reflexão sobre memória social, identidade e formação histórica no contexto brasileiro. Suas análises colaboram para compreender como as narrativas históricas podem legitimar exclusões ou favorecer leituras críticas do passado.

A interlocução com esses autores permitiu aprofundar a reflexão sobre formação humana e consciência crítica. Também contribuiu para a discussão sobre ética, memória social e protagonismo dos sujeitos historicamente marginalizados. Esses elementos mostraram-se fundamentais para a análise do ensino de História na perspectiva proposta.

A análise do referencial teórico organizou-se em eixos temáticos inter-relacionados, que orientaram o desenvolvimento da pesquisa e estabeleceram diálogo com a estrutura da dissertação: (a) a concepção de história em Walter Benjamin; (b) a crítica ao historicismo, ao

determinismo e à narrativa linear do progresso; (c) a articulação entre materialismo histórico e teologia; (d) o ensino de História como prática de resistência; (e) a dialética como ferramenta pedagógica; e (f) a narração e a experiência como possibilidades formativas no contexto escolar. Esses eixos emergiram da recorrência conceitual presente nas *Teses* e da necessidade de articular teoria histórica e prática pedagógica.

Embora não tenha envolvido coleta de dados empíricos, a pesquisa manteve estreita relação com a realidade educacional. O diálogo entre teoria e prática constituiu um princípio metodológico central, orientando a interpretação das Teses de Benjamin a partir das demandas concretas do ensino de História em contextos marcados por desigualdades sociais, silenciamentos e disputas de memória.

Essa articulação fundamentou, ainda, a elaboração do produto educacional exigido pelo Mestrado Profissional em Educação, concebido como um artigo científico voltado à compreensão e à apropriação das teses benjaminianas. O produto educacional foi desenvolvido a partir das reflexões teóricas construídas ao longo da pesquisa e teve como objetivo oferecer subsídios para a apropriação crítica dos conceitos benjaminianos. Nesse material, foram propostas reflexões que favorecem a escuta das vozes silenciadas, a problematização das narrativas oficiais e a formação crítica, articulando memória, experiência e consciência histórica.

Por fim, o percurso metodológico adotado buscou assegurar rigor teórico, coerência interpretativa e unidade entre os diferentes momentos da pesquisa. Ao compreender as *Teses sobre o conceito de história* não como um objeto abstrato, mas como uma contribuição viva e atual, a metodologia evidenciou sua potência formativa e pedagógica, demonstrando como o pensamento de Walter Benjamin pode inspirar práticas educativas críticas.

#### 4. A HISTÓRIA A CONTRAPELO: CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM WALTER BENJAMIN

A partir das inquietações que orientam este estudo, a primeira seção dedica-se a analisar a concepção de história elaborada por Walter Benjamin, tomando como referência central as *Teses sobre o conceito de história* (2020). Considera-se que a crítica benjaminiana ao historicismo e à ideia de progresso linear revela os limites das narrativas históricas tradicionais, frequentemente marcadas pelo silenciamento de conflitos e pela naturalização da dominação.

Nesse sentido, essa seção compreende a história não como um relato contínuo e acumulativo dos acontecimentos, mas como um campo de tensões, rupturas e disputas de memória. Ao examinar categorias fundamentais do pensamento benjaminiano, como a crítica ao progresso, a rememoração e a história a contrapelo, em diálogo com intérpretes contemporâneos, busca-se evidenciar as implicações éticas e políticas dessa concepção. Essas implicações incidem diretamente sobre a compreensão do passado e sobre a responsabilidade histórica no presente.

A escrita da história sempre esteve atravessada por disputas de memória, poder e significado, distanciando-se de qualquer pretensão de neutralidade ou linearidade na narrativa dos acontecimentos. Longe de constituir um simples registro do passado, a construção histórica resulta de escolhas, interesses e perspectivas que orientam as formas de interpretação dos eventos e, conseqüentemente, os modos pelos quais os sujeitos se posicionam no presente. Em diferentes contextos, a chamada história oficial contribuiu para a legitimação de estruturas de dominação, para a naturalização das injustiças sociais e para o silenciamento de vozes dissidentes.

No contexto contemporâneo, marcado pela disseminação de discursos autoritários, pelo avanço do negacionismo histórico e pela banalização das violências sociais, torna-se particularmente urgente revisitar criticamente as reflexões de Walter Benjamin. Seu pensamento oferece instrumentos teóricos relevantes para compreender os mecanismos de construção das narrativas dominantes e para problematizar o apagamento da memória dos vencidos como elemento central na manutenção das injustiças históricas.

Ao propor uma leitura crítica da história, Benjamin convida à revisão das relações entre tempo, memória e experiência, deslocando o olhar das continuidades progressistas para as rupturas, os escombros e as derrotas que marcam o curso histórico. Retomar Benjamin, nesse sentido, configura-se como um gesto político e ético de resistência, orientado à reabertura do diálogo entre passado e presente a partir das ruínas da modernidade.

No século XX, diante das profundas crises políticas, das guerras mundiais e da ascensão dos regimes totalitários, tornou-se evidente a necessidade de repensar criticamente os fundamentos da historiografia tradicional. Esse contexto histórico revelou os limites das narrativas que concebiam a história como um processo linear e progressivo.

É nesse cenário que os escritos de Walter Benjamin, especialmente as *Teses sobre o conceito de história* (2020), emergem como uma intervenção filosófica e política decisiva. Redigidas em meio à perseguição nazista, pouco antes de seu suicídio na fronteira entre a França e a Espanha, as teses constituem uma resposta contundente à barbárie e à crença no progresso contínuo como motor necessário da história.

Benjamin (2020) propõe uma ruptura radical com o historicismo e com o positivismo, defendendo uma concepção de história que privilegia os vencidos, os fragmentos esquecidos e as potencialidades revolucionárias soterradas pelas narrativas hegemônicas. Em oposição à história narrada a partir do ponto de vista dos vencedores, afirma a necessidade de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 2020, p. 74), recuperando os vestígios daqueles que resistiram e foram derrotados, mas cujas experiências permanecem carregadas de sentidos históricos e políticos.

Diante da crescente banalização das violências históricas e do fortalecimento de discursos autoritários, torna-se necessário retomar criticamente o pensamento benjaminiano. Esses discursos deslegitimam saberes construídos a partir da memória, da crítica e da diversidade. Tal cenário é agravado pelo avanço do negacionismo e do revisionismo em espaços públicos e instituições educativas.

Retomar Benjamin constitui, assim, um compromisso ético com o passado e com suas possibilidades não realizadas. Trata-se de reconhecer que a história não é um continuum pacificado, mas um campo de disputas, marcado por conflitos, silenciamentos e resistências.

Ao apresentar uma leitura da história que escapa às lógicas lineares e deterministas, Benjamin nos convida a reconhecer que cada momento histórico é atravessado por tensões e escolhas. O passado, longe de estar encerrado ou morto, pode ser mobilizado criticamente em nome da transformação do presente, rompendo com narrativas conformistas e abrindo espaço para outras experiências históricas possíveis.

A estrutura desta seção organiza-se em quatro subtítulos. O primeiro apresenta a concepção de história em Walter Benjamin, contextualizando o cenário político e intelectual do século XX. O segundo discute sua crítica ao historicismo e ao determinismo, evidenciando como essas concepções sustentam a hegemonia de uma história linear, progressista e conformista.

Em seguida, analisa-se a articulação entre materialismo histórico e teologia, que fundamenta a dimensão ética e messiânica de sua proposta. Por fim, examina-se o conceito de “história a contrapelo”, destacando sua potência metodológica, política e pedagógica como forma de subversão das narrativas dominantes.

Com isso, ao iluminar as “centelhas de esperança” contidas nos escombros da história, Benjamin (2020, p. 70) oferece não apenas uma nova forma de compreender o tempo histórico, mas também uma prática de intervenção crítica. Essa prática rompe com a passividade diante do passado e convoca à ação no presente. A memória assume um papel político central e deixa de ser mero registro dos acontecimentos.

Ao reconhecer nas ruínas da história as promessas interrompidas e as lutas silenciadas, o pensamento benjaminiano afirma que lembrar é um gesto ético e político. O passado é mobilizado como força de questionamento das formas de dominação vigentes. A história passa a ser entendida como espaço de responsabilidade histórica. Desse modo, a reflexão de Benjamin inspira a luta por justiça, liberdade e emancipação, ao afirmar que o futuro permanece aberto sempre que o passado é retomado de forma crítica e comprometida com os vencidos.

#### **4.1 Walter Benjamin e o contexto histórico de elaboração das Teses**

A elaboração das *Teses sobre o conceito de história* está profundamente vinculada ao contexto histórico, político e intelectual em que Walter Benjamin viveu. Nascido em Berlim, em 1892, Benjamin desenvolveu sua trajetória intelectual em meio às intensas transformações e crises que marcaram a Europa nas primeiras décadas do século XX. O colapso das promessas do progresso, a experiência traumática da Primeira Guerra Mundial, a instabilidade do período entre guerras e, sobretudo, a ascensão do nazismo constituem elementos decisivos para a compreensão de sua obra.

Benjamin foi um pensador profundamente crítico da modernidade e de suas promessas civilizatórias. Judeu, marxista heterodoxo e intelectual marginal às instituições acadêmicas tradicionais, vivenciou de forma direta os efeitos da exclusão, da perseguição política e do avanço dos regimes totalitários. Diferentemente das concepções historicistas, que concebiam o progresso técnico e científico como caminho seguro para a emancipação humana, Benjamin identificou nesse processo os sinais de uma barbárie crescente. Essa barbárie é legitimada pela racionalidade instrumental e pela crença na continuidade linear da história.

O avanço do nazismo na Alemanha evidenciou, de maneira brutal, o fracasso das narrativas progressistas em conter a violência e a destruição. Para Benjamin, o fascismo não

representava uma anomalia ou um desvio ocasional da história, mas a expressão extrema de uma lógica histórica que naturalizava a dominação e sacrificava vidas em nome de um futuro idealizado. Essa percepção atravessa as teses e fundamenta sua crítica radical ao historicismo e ao determinismo histórico.

As *Teses sobre o conceito de história* foram redigidas em 1940, durante a fuga de Benjamin da França ocupada pelos nazistas. Escritas sob a forma de breves fragmentos, o texto não foi concebido para publicação imediata, mas como uma intervenção teórica urgente diante da catástrofe histórica em curso. Pouco antes de cometer suicídio na fronteira entre a França e a Espanha, Benjamin carregava consigo esse manuscrito, que se tornaria um de seus legados mais expressivos.

O contexto do Pacto Molotov-Ribbentrop, firmado em 1939 entre a Alemanha nazista e a União Soviética, também exerce influência significativa sobre o pensamento benjaminiano. O acordo, que previa a divisão de áreas da Europa Oriental, provocou profundo impacto entre intelectuais de esquerda, ao evidenciar as contradições das alianças políticas e a fragilidade das promessas revolucionárias. Conforme analisa Löwy (2005), esse pacto reforçou a sensação de derrota histórica e de colapso das expectativas progressistas, intensificando a urgência de uma crítica radical à concepção linear do tempo histórico.

É nesse cenário de catástrofe, perseguição e desilusão que Benjamin elabora sua concepção de história. As teses emergem como uma resposta crítica à barbárie moderna e às narrativas que a legitimam. Ao rejeitar a ideia de um tempo homogêneo e vazio, Benjamin propõe uma compreensão histórica marcada pela descontinuidade, pela interrupção e pela possibilidade de ruptura. O passado não é concebido como algo superado, mas como um campo de forças que insiste no presente, exigindo ser lembrado e redimido.

Como destaca Agostini (2019, p. 36), trata-se de uma das obras mais expressivas do século XX justamente por sua capacidade de romper com os paradigmas dominantes da historiografia. Ao privilegiar a memória dos vencidos e os fragmentos esquecidos da história, Benjamin oferece uma concepção histórica profundamente comprometida com a justiça social e com a crítica às formas de dominação. Sua reflexão permanece atual ao revelar que o progresso, longe de garantir a emancipação, frequentemente se constrói sobre ruínas e sofrimentos acumulados.

Assim, compreender o contexto de elaboração das *Teses sobre o conceito de história* é fundamental para apreender a radicalidade do pensamento benjaminiano. Mais do que um exercício filosófico abstrato, suas reflexões configuram uma tomada de posição diante da história. Trata-se de uma recusa da barbárie, da denúncia das injustiças e da afirmação da

memória como potência crítica capaz de iluminar as possibilidades de transformação do presente.

#### 4.2 Crítica ao historicismo e ao determinismo histórico

A compreensão da história como campo de disputas e tensões exige o enfrentamento das concepções historiográficas que a apresentam como um processo contínuo e cumulativo. Essas concepções estão orientadas pela ideia de um progresso inevitável. Tal perspectiva tende a esvaziar os conflitos e a apresentar o curso histórico como algo natural e necessário.

Nessa perspectiva, torna-se fundamental examinar as bases do historicismo. Esse paradigma organiza a narrativa histórica e sustenta modos de leitura do passado que naturalizam a dominação e obscurecem os conflitos sociais. É a partir dessa problematização que se insere a crítica elaborada por Walter Benjamin. Sua reflexão inaugura um deslocamento radical na compreensão do tempo histórico e de suas implicações éticas e políticas.

As críticas de Walter Benjamin ao historicismo e ao determinismo histórico dirigem-se às concepções que compreendem a história como um processo linear, progressivo e inevitável. Para o autor, tais perspectivas simplificam a complexidade do tempo histórico e apagam as contradições, as rupturas e as possibilidades que o atravessam.

Com base nas *Teses sobre o conceito de história* (Benjamin, 2020), propõe-se uma compreensão histórica que valoriza a memória, a descontinuidade e a voz dos vencidos. Desse modo, evidencia-se como sua abordagem rompe com a narrativa tradicional e concebe a história como um campo de conflitos, resistência e transformação.

O historicismo concebe a história como uma linha contínua, progressiva e ascendente, na qual cada acontecimento decorre de forma lógica e inevitável dos fatos que o precedem. Essa perspectiva estabelece uma sucessão causal que culmina no presente, entendido como o ápice de um processo evolutivo inevitável.

Dessa forma, o passado é reduzido a uma simples etapa preparatória para o presente, como se este fosse o desfecho natural e desejável da trajetória humana. Tal concepção apaga as complexidades, contradições e múltiplas possibilidades que atravessaram o tempo histórico, silenciando experiências alternativas e sufocando as potências de transformação que, embora não concretizadas, ainda persistem como latências significativas.

Nesse sentido, como observa Gagnebin (2013), o pensamento benjaminiano denuncia o perigo de uma história que reduz o passado a uma sucessão de causas e efeitos, pois tal narrativa elimina o caráter fragmentário e conflituoso da experiência humana. Para a autora, o gesto de

lembrar deve abrir-se ao que foi interrompido e esquecido, reconhecendo no passado as promessas não cumpridas e as possibilidades ainda latentes.

Ao priorizar essa linearidade casual, o historicismo apaga os conflitos, rupturas e derrotas que constituem a trama da história. Ele constrói uma narrativa que naturaliza o curso dos eventos e o apresenta como inevitável, o que, segundo Walter Benjamin (2020), tem como consequência a legitimação das estruturas de poder e opressão vigentes.

Essa narrativa conformista promove uma aceitação passiva da realidade, impedindo uma compreensão crítica do passado como um campo de lutas e possibilidades abertas. Para Benjamin (2020), esse apagamento histórico serve aos interesses das classes dominantes, que se beneficiam de uma memória seletiva que reforça sua hegemonia.

Gagnebin (2006) aprofunda essa leitura ao afirmar que a crítica de Benjamin ao historicismo não é apenas epistemológica, mas também ética. O esquecimento e a linearidade da história, ao privilegiarem os vencedores, implicam uma recusa de responsabilidade diante do sofrimento e das derrotas do passado. Conforme a autora, lembrar torna-se um ato de resistência, um modo de “fazer justiça” aos que foram silenciados pela narrativa triunfalista do progresso.

O determinismo histórico, por sua vez, compartilha com o historicismo essa visão limitada da história ao considerar que os eventos históricos são regidos por forças externas, absolutas e inalteráveis. De acordo com essa concepção, o destino das sociedades humanas já estaria previamente traçado, restando aos indivíduos apenas o papel de espectadores de um enredo previamente escrito.

Ao reduzir o papel da ação humana e das decisões coletivas, o determinismo esvazia a história de seu caráter imprevisível e contingente, eliminando a capacidade de imaginar futuros alternativos. Benjamin (2020) denuncia esse tipo de pensamento como uma das raízes da passividade política, pois ele paralisa a ação diante da catástrofe contínua que é o progresso acumulado como ruína.

Na Tese VI, Benjamin (2020) critica explicitamente essa visão tradicional da história:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “como ele foi de fato”. Significa apoderar-se de uma recordação, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de capturar uma imagem do passado tal como ela, no instante do perigo, configura-se inesperadamente ao sujeito histórico. O perigo ameaça tanto a sobrevivência da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos ele é um e o mesmo: entregar-se como ferramenta da classe dominante. Em cada época, deve-se tentar novamente liberar a tradição de um conformismo, que está prestes a subjugar-la. Pois o Messias não vem apenas como Redentor, ele vem como o

vencedor do Anticristo. Apenas tem o dom de atirar no passado aquelas centelhas de esperança o historiógrafo atravessado por esta certeza: nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (Benjamin, 2020, p. 70).

Essa abordagem recupera a ideia de que o passado carrega momentos críticos, relâmpagos em tempos de perigo, que quando reconhecidos, revelam possibilidades de resistência e emancipação. Esses momentos escapam às grandes narrativas lineares, pois representam aberturas no tempo histórico, momentos de interrupção e de potencial transformação.

O filósofo argumenta que o passado não é um registro neutro ou fixo, mas sim um campo de disputa simbólica e política. Ele propõe que o historiador materialista intervenha nesse campo, rompendo com o conformismo ao resgatar as “centelhas de esperança” sepultadas nas narrativas dominantes.

Como observa Gagnebin (2013), essa intervenção não se limita a uma reconstrução factual, mas assume uma responsabilidade ética: dar voz às experiências interrompidas e silenciadas, reconhecendo nelas possibilidades de resistência e transformação. Lembrar, nesse sentido, torna-se um ato de justiça histórica, capaz de iluminar o presente a partir dos fragmentos esquecidos do passado.

O trabalho do historiador, portanto, não é apenas de rememoração, mas de reconstrução ativa da memória como ferramenta crítica. A história deixa de ser uma simples sucessão cronológica de fatos e passa a ser concebida como um espaço de intervenção no presente, uma fonte de energia política.

Na Tese XVII, há uma profunda crítica ao “tempo homogêneo e vazio” que sustenta a visão historicista. Conforme Benjamin (2020):

O historicismo culmina com razão na História Universal. Talvez mais do que de qualquer outra, a historiografia materialista se afasta dela em seu método. A História Universal não tem uma armadura teórica. Seu procedimento é aditivo; ela usa a massa dos fatos para preencher o tempo homogêneo e vazio. Já o fundamento da historiografia materialista, por sua vez, é um princípio construtivo. O pensar envolve não apenas o movimento dos pensamentos, mas também a sua suspensão. Onde quer que o pensar se detenha subitamente numa constelação saturada de tensões, ele transmite a esta um choque, graças ao qual ela se cristaliza em mônada. O materialista histórico só e tão somente aborda um objeto histórico quando ele se lhe apresenta enquanto mônada. Nessa estrutura ele reconhece o signo de uma suspensão messiânica do acontecido; dito de outro modo, uma oportunidade revolucionária na luta em favor do passado reprimido. Ele percebe nela a ocasião para fazer explodir uma época específica do curso homogêneo da história, assim ele arranca uma vida determinada de uma época; assim, um trabalho determinado de uma obra

completa. O ganho desse seu procedimento consiste em preservar e ao mesmo tempo se superar *no* trabalho isolado a obra completa, *na* obra completa a época, e *na* época o período inteiro da história. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente traz o tempo em seu *interior*, como uma semente preciosa, mas desprovida de sabor (Benjamin, 2020, p. 85).

Nessa crítica, Benjamin (2020) aponta que a história universal, ao acumular fatos sem reflexão crítica, esvazia o tempo de sentido e apaga as forças que impulsionam a mudança. Ele propõe, em contraposição, uma abordagem construtiva e dialética, em que o passado é condensado em “mônadas”, unidades saturadas de tensões que, quando ativadas no presente, revelam seu potencial revolucionário.

Essa concepção transforma o tempo em algo denso, carregado de possibilidades, em vez de um vazio a ser preenchido com dados. Segundo Löwy (2005), essa perspectiva historicista não apenas falha ao compreender a história, mas reforça narrativas que justificam e perpetuam a dominação. Ao ignorar as rupturas e os momentos de insurgência, ela se torna cúmplice da opressão.

A história, portanto, deve ser vista como um campo de rupturas e conflitos, em que cada momento está carregado de significados e possibilidades. Benjamin (2020) utiliza o conceito de “mônada” para descrever o passado como algo que pode ser reconfigurado e ressignificado no presente, iluminando caminhos de transformação. Essa perspectiva rompe com a linearidade do historicismo e destaca a importância da memória como uma força ativa na história.

Outra questão encontrada nas teses é a crítica à ideia de progresso. Ao rejeitar a noção de que o progresso é contínuo e redentor, como defendem tanto o historicismo quanto o determinismo, compreende-se que o progresso é um campo de disputas que frequentemente legitima a violência e a dominação, ignorando as ruínas e os custos humanos acumulados ao longo do tempo.

Benjamin (2020) alerta que as classes dominantes frequentemente se apropriam das narrativas históricas para fortalecer seu poder, apagando as memórias das lutas dos oprimidos.

Contra esse apagamento, Benjamin (2020, p. 74) propõe “escovar a história a contrapelo”, revisitando os fragmentos esquecidos e revisitando as vozes silenciadas. Essa postura subverte as narrativas hegemônicas e coloca em evidência os conflitos e as injustiças que as moldaram.

As teses também reforçam o papel ativo do ser humano na história. Agostini (2019) defende que as grandes rupturas históricas não são frutos de leis imutáveis ou inevitáveis, mas resultado de intervenções conscientes que desafiam as estruturas dominantes. Essa perspectiva coloca o ser humano como protagonista, responsável por moldar futuros alternativos que respondam às demandas do presente. Nas palavras de Agostini (2019):

Para captar a catástrofe não basta ser um historiador da cultura, como se fosse possível separá-la das condições sociais e políticas. Antes, é preciso angajar-se em favor dos oprimidos num despertar da consciência revolucionária. Faz-se necessário, portanto, nadar contra a corrente ou contra a história factual dos poderes estabelecidos, pois esta história não é dialética; antes, é reificada, fetichista e historicista; leva o culto de heróis do sucesso, diante dos quais nos curvaríamos como se fossem senhores do sucesso do progresso (Agostini, 2019, p. 43).

Dessa forma, desafiar as concepções historicistas e deterministas propõe uma visão da história como um espaço dinâmico e aberto a transformações. O passado deve ser constantemente reimaginado, não como algo fixo, mas como uma fonte de possibilidades que podem ser mobilizadas para promover resistência e mudança. Essa concepção exige uma postura ativa e crítica, tanto por parte dos historiadores quanto das sociedades.

Em síntese, Walter Benjamin (2020) apresenta a história como um campo de luta, onde o passado pode ser redimido e o futuro, transformado. Ele rejeita o determinismo e o historicismo por limitarem a compreensão histórica e perpetuarem a opressão. Em seu lugar, Benjamin (2020) propõe uma abordagem que ilumine as potencialidades esquecidas, dê voz aos vencidos e inspire uma luta contínua por justiça e liberdade.

#### **4.3 Relação entre materialismo histórico e teologia em Walter Benjamin**

A crítica ao historicismo e à noção de progresso linear, contudo, não esgota a complexidade da concepção benjaminiana de história. Para além da denúncia das narrativas triunfalistas, Walter Benjamin introduz uma reflexão mais profunda acerca das condições de possibilidade da transformação histórica, mobilizando categorias que tensionam os limites do materialismo histórico tradicional. É nesse movimento que emerge a articulação singular entre teologia e materialismo histórico, por meio da qual Benjamin busca pensar a história não apenas como processo social, mas como espaço de interrupção, esperança e responsabilidade diante do passado.

Ao articular materialismo histórico e teologia, Walter Benjamin propõe uma relação que rompe com a dicotomia tradicional entre esses campos. No seu pensamento, o materialismo histórico oferece instrumentos para analisar as estruturas sociais e econômicas. No entanto, ele se mostra insuficiente quando reduz a experiência histórica a determinações puramente objetivas e materiais.

É nesse limite que a teologia assume um papel decisivo. Ela introduz uma dimensão

ética e redentora que orienta a crítica histórica e possibilita a justiça às experiências silenciadas. Como observa Löwy (2020, p. 5), Benjamin ocupa um lugar singular no pensamento crítico moderno ao romper radicalmente com a ideologia do progresso linear. Essa ruptura amplia o alcance do materialismo histórico e o orienta para a memória, a responsabilidade e a redenção dos vencidos.

A teologia, por sua vez, introduz uma dimensão ética e redentora na análise histórica, possibilitando a construção de uma leitura que valoriza a memória e a justiça dos oprimidos. Essa relação não implica uma fusão mecânica entre os dois campos, mas um diálogo tenso e fecundo, no qual a teologia oferece ao materialismo histórico uma orientação crítica voltada à redenção das experiências silenciadas.

Como observa Gagnebin (2013), em *História e Narração em Walter Benjamin*, a história não deve ser compreendida como um registro neutro do passado, mas como uma prática narrativa marcada por escolhas éticas e políticas. Para a autora, narrar é um ato de responsabilidade diante do sofrimento alheio; é reconhecer que a memória dos vencidos exige do historiador um gesto de escuta e resgate. Assim, a teologia, em Benjamin, não se reduz a um elemento religioso, mas assume o papel de princípio ético que orienta o materialismo histórico a “fazer justiça aos mortos”, isto é, a restituir sentido às vidas interrompidas e às histórias silenciadas.

Essa complementaridade entre análise estrutural e responsabilidade ética aparece de forma explícita nas *Teses sobre o conceito de história*. Na Tese I, Benjamin (2020) afirma:

Sabe-se que deve ter existido um autômato construído de tal sorte que, a cada movimento de um enxadrista, contra-atacava com outro lance, o que lhe garantia a vitória na partida. Um boneco em trajes de turco, com um narguilé na boca, sentava-se ante do tabuleiro que ficava sobre uma ampla mesa. Através de um sistema de espelhos, criava-se a ilusão de que a mesa era transparente por todos os lados. Na verdade, havia um anão corcunda escondido dentro, o qual era um mestre no xadrez e manipulava com fios as mãos do boneco. É possível então imaginar uma contrapartida filosófica desse aparato. O boneco chamado “Materialismo Histórico” há de vencer sempre. Sem dúvidas, ele está à altura de qualquer adversário se tomar a teologia a seu serviço, ela que é hoje pequena e feia e, de qualquer maneira, não se deixa ver (Benjamin, 2020, p. 66),

A imagem do autômato de xadrez, apresentada na Tese I, constitui uma das metáforas mais emblemáticas da relação entre materialismo histórico e teologia em Walter Benjamin. O autômato, que representa o materialismo histórico, parece mover-se de forma autônoma e

invencível sobre o tabuleiro da história. No entanto, seu desempenho depende de um anjo corcunda oculto sob a mesa (a teologia), que secretamente orienta seus movimentos.

Essa alegoria revela que, embora o materialismo histórico disponha de uma lógica crítica própria, ele necessita de uma força ética e espiritual que o direcione. A teologia, ainda que invisível, desempenha um papel essencial ao preservar o sentido humano das lutas históricas e ao impedir que o materialismo se converta em mero mecanismo analítico, desprovido de sensibilidade e compromisso com os vencidos.

A teologia em Benjamin, contudo, não deve ser compreendida como adesão a um sistema religioso ou dogmático. Trata-se de uma dimensão ética que privilegia categorias como memória, esperança e redenção, conceitos que reorientam a narrativa histórica, desafiando as concepções lineares e deterministas do tempo. Por meio dessa perspectiva, o materialismo histórico torna-se capaz de resgatar as histórias dos derrotados, restituindo-lhes significado e atualidade.

Essa concepção rompe com o reducionismo econômico e estruturalista de certas vertentes do marxismo, ao integrar as dimensões subjetivas e espirituais da experiência humana no campo da história. A noção de redenção, central na obra de Benjamin (2020), deve ser entendida não como salvação transcendental, mas como prática histórica e política: um gesto de reativação das lutas, dos desejos e das promessas interrompidas dos marginalizados, trazidos ao presente como força de transformação.

Nesse sentido, a teologia não se coloca como alternativa ao materialismo histórico, mas como um complemento que o potencializa. Ela permite ao historiador materialista enxergar, nas ruínas do passado, os vestígios de um futuro possível. A tarefa desse historiador consiste, portanto, em resgatar as memórias silenciadas e reinscrevê-las no presente como ato político e ético, capaz de devolver dignidade aos que foram esquecidos pela história.

Na Tese IX, Benjamin (2020) aprofunda essa articulação ao introduzir a imagem do *Angelus Novus*, pintura de Paul Klee que se torna metáfora do anjo da história:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele se apresenta um anjo que parece estar na iminência de afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. É assim que deve parecer o Anjo da História. Sua face se volta para o passado. Lá onde *nós* vemos surgir uma sequência de eventos, *ele* vê uma catástrofe única, que incessantemente empilha escombros sobre escombros e os lança a seus pés. Ele gostaria de se demorar, de despertar os mortos e reunir de novo o que foi esmagado. Mas uma tempestade sopra do paraíso, que se agarra às suas asas, e é tão forte que o Anjo já não as consegue mais fechar. Essa tempestade o leva inexoravelmente para o futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto diante dele a pilha de escombros cresce rumo ao céu. Aquilo

que chamamos de progresso é *essa* tempestade (Benjamin, 2020, p. 76).

O anjo, empurrado pelo vento do progresso em direção ao futuro, olha para trás e vê apenas destroços e ruínas. Seu desejo é parar e resgatar os fragmentos do passado, mas é incapaz de deter-se. Essa imagem sintetiza a tensão entre materialismo histórico e teologia: enquanto a primeira analisa as estruturas materiais e os movimentos sociais, a segunda enfatiza a urgência de redimir os derrotados e transformar a história em uma prática ética. O anjo da história, portanto, não é apenas uma crítica ao historicismo, mas também um convite para que a história seja escrita sob a perspectiva dos vencidos.

A crítica de Benjamin (2020) ao historicismo é central para sua defesa da teologia como parte essencial do pensamento histórico. Ele rejeita a visão linear e progressista da história, que celebra as vitórias enquanto ignora os sofrimentos causados pelo progresso. Em oposição a essa narrativa, Benjamin (2020) propõe um modelo de história orientado pela memória dos oprimidos. A teologia, ao destacar o sofrimento humano e a necessidade de redenção, força o materialismo histórico a questionar a narrativa dominante e a adotar uma postura crítica em relação às forças que moldam o passado e o presente.

Outro elemento fundamental do pensamento benjaminiano é a noção de tempo. Para Benjamin (2020), o tempo histórico não é uma sequência contínua, mas uma sucessão de momentos críticos nos quais o passado pode ser ativada para transformar o presente. Essa concepção de tempo está profundamente ligada à ideia de interrupção, que é um materialismo histórico à teologia. Enquanto o materialismo histórico confirma as contradições das estruturas dos materiais, a teologia fornece o impulso ético para que essas contradições sejam transformadas em oportunidades de mudança.

A introdução da esperança é outro elemento fundamental dessa relação. Para Benjamin (2020), trata-se de uma esperança ativa, que motiva a luta pela justiça e impede a rendição diante da opressão. Sem a teologia, o materialismo histórico corre o risco de se tornar cético ou resignado frente às estruturas de poder; com ela, ganha uma dimensão utópica que o impulsiona a imaginar e construir um futuro que transcenda as limitações do presente.

A memória também desempenha um papel central na construção de uma história crítica e transformadora. A teologia fortalece o materialismo histórico ao exigir que o historiador não apenas analise os fatos do passado, mas resgate as vozes dos marginalizados, iluminando suas lutas e esperanças interrompidas. Esse resgate, contudo, não é um simples retorno retrospectivo: ele estabelece uma ponte ética entre passado e presente, convertendo a lembrança em fundamento para ações políticas que buscam justiça e igualdade.

Desse modo, a história deixa de ser o relato dos vencedores e passa a configurar-se como um campo de disputa e reinterpretação. Em síntese, Benjamin (2020) apresenta uma concepção de história em que materialismo histórico e teologia não se opõem, mas dialogam de modo produtivo e transformador. A teologia, ao introduzir valores como memória, esperança e redenção, confere ao materialismo histórico uma profundidade ética que o liberta de leituras puramente estruturais.

Essa integração possibilita ao materialismo histórico não apenas compreender o passado, mas também transformar o presente e projetar um futuro mais justo. Com isso, Benjamin desafia simultaneamente o determinismo do marxismo tradicional e a linearidade do historicismo, propondo uma visão de história crítica, compassiva e orientada para a ação.

#### **4.4 A história a contrapelo como método crítico e político**

As reflexões anteriores permitem compreender que a crítica benjaminiana ao historicismo e a articulação entre materialismo histórico e teologia não constituem fins em si mesmas. Elas convergem para uma exigência mais ampla. Trata-se da redefinição ética do modo de narrar e interpretar o passado.

Nesse ponto, evidencia-se a necessidade de pensar a história a partir de uma perspectiva que rompa com a lógica dos vencedores. Essa perspectiva assume o compromisso com as experiências de sofrimento e resistência silenciadas ao longo do tempo. A noção de “história a contrapelo”, formulada por Walter Benjamin, emerge como um princípio crítico. Ela articula memória, ética e responsabilidade histórica. Ao fazê-lo, desloca o olhar para aqueles que foram excluídos da narrativa oficial.

A análise crítica da crítica ao historicismo e à linearidade temporal, desenvolvida por Walter Benjamin nas *Teses sobre o Conceito de História* (2020), constitui o núcleo de sua proposta de uma história a contrapelo. Essa concepção rompe com a narrativa contínua do progresso e questiona a historiografia centrada nos vencedores. Ao deslocar o olhar para as rupturas e os silenciamentos do passado, Benjamin propõe uma leitura crítica do tempo histórico.

Na parte final desta seção, buscou-se compreender como as Teses VII, VIII e XIV articulam essa crítica à narrativa dominante. Também se investigou a aproximação dessa concepção com leituras contemporâneas sobre a sociedade brasileira. Para isso, tomaram-se como referências as obras *O Brasil que queremos*, de Leonardo Boff (2000), e *Brasil: uma biografia*, de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015). Esses estudos dialogam com o

pensamento benjaminiano ao evidenciar silenciamentos, exclusões e permanências estruturais na história do Brasil. Tais elementos desafiam a ideia de progresso linear e convocam à construção de uma consciência histórica crítica.

Walter Benjamin (2020), na Tese VII, apresenta uma crítica contundente à historiografia tradicional, que tende a narrar o passado sob a ótica dos vencedores. Essa perspectiva constrói uma narrativa linear e triunfalista, em que os eventos históricos são apresentados como uma sequência inevitável de êxitos. Para o autor, esse tipo de relato não apenas reduz a complexidade dos processos históricos, como também colabora para a legitimação das estruturas de poder ao invisibilizar conflitos, resistências e derrotas que atravessam a experiência humana.

Como contraponto a essa narrativa, Benjamin (2020, p. 74) propõe o gesto de “escovar a história a contrapelo”, adotando uma abordagem crítica voltada à revelação dos vestígios suprimidos pelos discursos hegemônicos. Na Tese VII, Benjamin (2020, p. 71-74) escreve:

Fustel de Coulanges recomendava ao historiador que quisesse reviver uma época, que ele tirasse da cabeça tudo o que soubesse do que ocorreu posteriormente a ela. Não se pode dar melhor definição do procedimento a que o materialista histórico se contrapõe. É um procedimento de empatia. Sua origem é a inércia do coração, a acedia, que falha em capturar a autêntica imagem histórica, que relampeja fugaz. Para os teólogos medievais, a acedia era o fundamento da tristeza. Flaubert, que a conhecia de perto, escreveu: “Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage”. A natureza dessa tristeza se tornará mais evidente quando nos perguntamos com quem propriamente o historiógrafo do historicismo tem empatia. A resposta é inevitavelmente: com o vencedor. Os que ora dominam são herdeiros de todos os que venceram. A empatia com os vencedores beneficia, portanto, sempre os que ora dominam. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje foram vencedores vão junto ao cortejo triunfal dos dominantes, que marcham sobre aqueles que jazem hoje no chão. Os espólios, como de costume, são levados no cortejo triunfal. São os chamados bens culturais. O materialista histórico os observa sempre com o devido distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele contempla têm uma origem sobre a qual não pode refletir sem horror. Devem a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios, que os criaram, mas também à corveia anônima dos contemporâneos destes. Não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como a cultura não está livre da barbárie, assim também ocorre com o processo de sua transmissão, na qual ela é passada adiante. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico dela se afasta ao máximo. Ele considera que a sua tarefa é escovar a história a contrapelo (Benjamin, 2020, p. 71-74).

Essa concepção ultrapassa o campo teórico e se afirma como uma postura ética e política. Recuperar as vozes dos oprimidos implica confrontar a crença no progresso inevitável, que projeta o passado como simples etapa de um futuro idealizado, desconsiderando as contradições e os custos humanos desse processo. A história, nesse sentido, transforma-se em

um terreno de disputas simbólicas e políticas, no qual o historiador assume o compromisso de resgatar as experiências silenciadas e revelar as possibilidades de reconfiguração do presente.

Para Benjamin (2020), o historiador materialista atua como colecionador de fragmentos. Ele recolhe rastros esquecidos e os reinsere no tecido da memória coletiva. O objetivo não é recontar os fatos. Trata-se de desvelar os silêncios e denunciar injustiças ocultas nas versões oficiais. Essa postura rompe com a passividade da narrativa linear. Propõe uma prática historiográfica crítica. A lembrança torna-se um instrumento de resistência. Como afirma Benjamin (2020, p. 75) na Tese VIII:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” <<Ausnahmezustand>>, no qual estamos vivendo, é a regra. Precisamos atingir um conceito de história que corresponda a esse dado. Então, veremos que a nossa tarefa é a de induzir ao estado de exceção efetivo; e desse modo, melhorará a nossa posição na luta contra o fascismo. Este tem se aproveitado da situação favorável de que seus adversários se contrapõem a ele em nome do progresso como norma histórica. O espanto ante o fato de que as coisas que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis não tem *nada* de filosófico. Ele não se encontra no início de um conhecimento, a não ser aquele que aponta para o fato de que a representação da história da qual ele deriva não pode ser sustentada (Benjamin, 2020, p. 75).

Na Tese VIII, Benjamin (2020) aprofunda sua crítica ao demonstrar que o “estado de exceção”, marcado pela repressão, pela violência e pela desigualdade, não constitui uma ruptura eventual, mas a própria norma que estrutura a existência dos oprimidos. A narrativa triunfalista, ao legitimar a ideia de progresso, disfarça essas violências e contribui para a manutenção das formas de exclusão. Reconhecer essa realidade exige romper com as ilusões que sustentam o discurso dominante e desafiar a neutralidade aparente da historiografia tradicional.

Criar um “o real estado de exceção” (Benjamin, p. 83), nessa perspectiva, significa inverter o olhar histórico, trazendo à luz as lutas esquecidas e os projetos emancipatórios interrompidos. Trata-se de um gesto que ultrapassa o campo teórico e convoca à ação: mobilizar o passado como ferramenta crítica para iluminar as contradições do presente e inspirar novas possibilidades de justiça.

Essa crítica à noção de tempo linear ganha densidade na Tese XIV, em que Benjamin (2020, p. 83) introduz o conceito de “tempo-agora” (*Jetztzeit*), o instante em que o passado irrompe no presente, rompendo a continuidade temporal e abrindo a possibilidade de transformação histórica:

A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele que vem preenchido pelo tempo-agora. Assim, para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de tempo-agora, que ele fez explodir do *continuum* da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma ressurgida. Ela citava a Roma antiga exatamente como a moda cita um traje do passado. A moda tem o faro para o atual, onde quer que ele se mova no matagal do outrora. Ela é o salto de tigre em direção ao passado. Só que esse salto se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o céu livre da história, é o salto dialético, como Marx concebeu a Revolução (Benjamin, 2020, p. 83).

Com essa formulação, Benjamin (2020) sustenta que determinados momentos do passado concentram significados que, quando reativados no presente, agem como forças de ruptura. O tempo deixa de ser uma sequência neutra e torna-se carregado de tensões históricas, um tempo intensificado, no qual a memória atua como potência crítica e transformadora.

Ao desestabilizar a crença no progresso inevitável, Benjamin (2020) revela como essa ideia serve aos interesses dos grupos dominantes, apagando lutas sociais e reforçando desigualdades. Löwy (2005) aprofunda essa crítica ao mostrar que o discurso progressista neutraliza rupturas históricas e esvazia os sentidos insurgentes da memória. Nesse contexto, o historiador assume a função de mediador entre tempos distintos, reativando fragmentos silenciados como forma de confrontar as estruturas que naturalizam a opressão.

Desse modo, a centralidade da ação humana se afirma. Para Benjamin (2020), as transformações históricas não decorrem de leis naturais, mas de decisões conscientes e resistências organizadas. O passado, quando mobilizado politicamente, deixa de ser arquivo morto e se transforma em território de disputa, espaço onde se forjam alternativas possíveis ao presente.

Essa proposta encontra ressonância em outras perspectivas críticas, como a de Leonardo Boff (1999, p. 141), que afirma: “a libertação dos oprimidos deverá provir deles mesmos, na medida em que se conscientizam da injustiça de sua situação, se organizam entre si e começam com práticas que visam transformar estruturalmente as relações sociais iníquas”.

A aproximação entre Benjamin (2020) e Boff (1999) reside na valorização dos sujeitos oprimidos como protagonistas da história. A memória, nesse horizonte, não se limita ao registro de vivências passadas, mas torna-se instrumento de luta e resistência. Escovar a história a contrapelo, portanto, não é apenas método analítico, mas uma atitude ética e política diante do mundo.

A partir dessa perspectiva, o papel do historiador e do educador é igualmente redefinido, exigindo deles um compromisso ativo com as vozes silenciadas e com as lutas do

presente. A história, assim, deixa de ser celebração dos vencedores para tornar-se um campo de disputa simbólica, onde as memórias dos vencidos podem ser reativadas como potência crítica em direção a um futuro mais justo.

Contudo, esse projeto de transformação encontra barreiras estruturais. Entre elas, destaca-se a alienação das massas empobrecidas, que muitas vezes não reconhecem sua condição de opressão nem se percebem como sujeitos históricos. Como alerta Boff (2000, p. 39-40):

Essa alienação faz com que as massas empobrecidas não se rebelem; pior ainda, esperam a libertação como graça de seus opressores históricos e a cidadania, concedida pelo Estado elitista. Nunca houve uma ruptura libertadora que permitisse a emergência de um outro sujeito de poder, capaz de ocupar a cena histórica e moldar a sociedade brasileira (Boff, 2000, p. 39-40).

Essa reflexão evidencia a profundidade das estruturas de dominação e ressalta a urgência de práticas educativas voltadas à consciência histórica. Nos termos de Benjamin (2020, p. 70), recuperar as “centelhas de esperança” soterradas no passado demanda ativar as potências do presente, reconhecendo os sujeitos silenciados não apenas como vítimas, mas como agentes capazes de transformar a história. Nesse contexto, a história deixa de ser mero registro do passado e se torna espaço de ação e responsabilidade, em que cada fragmento resgatado oferece oportunidades para confrontar as desigualdades persistentes.

Ao romper com a concepção de uma história guiada por causas e efeitos previsíveis, Benjamin propõe valorizar a memória como instrumento de mobilização política. O tempo histórico não é linear, mas concentrado em momentos decisivos, nos quais o passado pode emergir como força transformadora. Consequentemente, o ensino e a pesquisa histórica exigem mais do que a simples transmissão de fatos: envolvem o exercício crítico de lembrar, questionar e reconstruir narrativas, destacando as experiências que foram silenciadas ou subalternizadas.

Essa crítica à linearidade também se encontra em Schwarcz e Starling (2015, p. 506-507):

História não é mesmo conta de soma de dois mais dois, e historiador nada tem de futurologista ou leitor de búzios. [...] Muitas características do passado insistem em continuar presentes, retornam e não desaparecem por efeito de decreto ou boa vontade. A miséria se mantém assolando importante parcela da população, e, a despeito dos tantos progressos realizados, continuamos apresentando índices que nos colocam entre os países campeões no quesito desigualdade social (Schwarcz e Starling, 2015, p. 506-507).

A análise das autoras evidencia que o passado permanece ativo nas estruturas sociais e econômicas do presente, mantendo continuidades que desafiam a ideia de progresso linear. Elementos como desigualdade, violência e exclusão social não desaparecem automaticamente, mas se reconfiguram, exigindo uma interpretação crítica que considere as rupturas e permanências simultâneas da história.

Assim, o pensamento benjaminiano, aliado às perspectivas contemporâneas, reforça a necessidade de compreender a história como um campo de tensões e possibilidades. O historiador, nesse cenário, atua como mediador entre tempos distintos, ativando fragmentos esquecidos para iluminar os desafios atuais e abrir caminho a novas formas de justiça. Em última instância, o estudo do passado deixa de ser apenas memória e se transforma em ferramenta de transformação, em que a compreensão crítica se converte em ação capaz de reinventar o presente e redesenhar futuros possíveis.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente que a concepção de história elaborada por Walter Benjamin ultrapassa o campo estritamente teórico e impõe desdobramentos éticos, políticos e pedagógicos. Ao compreender o passado como um campo de disputas, marcado por rupturas, silenciamentos e experiências de sofrimento, Benjamin convoca o presente a assumir uma responsabilidade histórica frente as memórias dos vencidos.

Tal compreensão não apenas redefine o modo de interpretar os acontecimentos históricos, mas também interpela diretamente as formas pelas quais a história é ensinada e apropriada no espaço escolar. Assim, a crítica ao historicismo desenvolvida nesta seção abre caminho para a necessidade de refletir sobre o ensino de História como prática formativa, comprometida com a problematização do passado e com a construção de uma consciência histórica crítica.

Nesse sentido, a próxima seção desloca o debate do plano predominantemente teórico para o âmbito da prática pedagógica, investigando as implicações da filosofia benjaminiana para a formação histórica escolar.

## 5. ENSINO DE HISTÓRIA NA PERSPECTIVA DE WALTER BENJAMIN

A partir desse horizonte teórico, a segunda seção analisa o ensino de História à luz da perspectiva benjaminiana. A escola é compreendida como espaço central de produção e disputa de narrativas históricas. Nesse cenário, a memória coletiva é constantemente construída e tensionada. O ensino de História não é entendido como mera transmissão de conteúdo. Trata-se de uma prática ética e política.

Essa abordagem valoriza as experiências de sujeitos historicamente marginalizados. Também enfrenta as narrativas hegemônicas que estruturam a história oficial. O ensino de História assume, assim, um papel formativo e crítico no interior da escola.

Para desenvolver essa análise, a seção articula as categorias de dialética, narração e experiência. Esse percurso dialoga com a pedagogia crítica de Paulo Freire e outros autores, como Löwy (2005; 2020), Jeanne Marie Gagnebin (2006; 2013) e Nilo Agostini (2019). O objetivo é evidenciar as potencialidades formativas do ensino de História. Busca-se a constituição de sujeitos críticos. Sujeitos conscientes de seu lugar no tempo histórico e de sua responsabilidade social.

A primeira seção destacou a crítica de Walter Benjamin ao historicismo. Evidenciou os limites da narrativa histórica linear e cumulativa. Essa forma de narrar tende a silenciar conflitos e apagar vozes marginalizadas. Também contribui para a manutenção de estruturas de poder. A partir das *Teses sobre o conceito de história* (Benjamin, 2020), ressaltou-se a importância de revisitar fragmentos esquecidos do passado. Questionou-se a ideia de progresso como destino inevitável.

Esta segunda seção desloca essa discussão para o campo do ensino de História. Examina-se como esses pressupostos podem orientar práticas pedagógicas críticas. A dialética, a narração e a experiência são analisadas como categorias formativas. Elas permitem tensionar narrativas dominantes e ampliar a compreensão do passado.

Em contextos marcados por desigualdades sociais e disputas em torno da memória coletiva, o ensino de História constitui um espaço de resistência. A escola assume papel central na formação de sujeitos capazes de compreender e problematizar a realidade histórica. Também se apresenta como lugar de intervenção crítica sobre as estruturas que moldam a vida social.

No entanto, muitas práticas pedagógicas ainda reproduzem narrativas lineares e excludentes. Essas abordagens naturalizam processos históricos atravessados pela violência e pela exclusão. Diante desse cenário, torna-se urgente repensar o papel do professor e da escola. A educação histórica precisa afirmar-se como prática ética, crítica e emancipadora.

Ao dialogar com Walter Benjamin e com autores do campo educacional, esta seção

demonstra que o ensino de História pode superar o mero registro factual. Ele pode assumir um compromisso com a memória e com a reflexão crítica. Também pode contribuir para a formação de sujeitos históricos atentos às permanências da opressão e às possibilidades de transformação do presente.

Assim, a seção organiza-se em três momentos. No primeiro, discute-se a categoria da dialética como instrumento crítico para a compreensão das contradições históricas no ensino de História. Em seguida, analisa-se a narração como prática ética de transmissão da memória e de escuta das experiências silenciadas. Por fim, aborda-se a categoria da experiência, destacando suas potencialidades formativas e sua relação com a constituição da consciência histórica no contexto escolar.

### **5.1. O ensino de História como prática de resistência**

A concepção benjaminiana de história rompe de forma radical com o historicismo e com a ideia de progresso contínuo, linear e inevitável. Esse rompimento impõe desafios importantes ao ensino de História, na medida em que questiona as formas tradicionais de narrar e compreender o passado.

Para Walter Benjamin (2020), a narrativa histórica tradicional organiza os acontecimentos a partir de uma lógica cumulativa e triunfalista. Esse modelo legitima a dominação, naturaliza a violência e apaga as experiências de sofrimento, luta e resistência dos sujeitos historicamente oprimidos, pois, como afirma o autor, “nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie” (Benjamin, 2020, p. 70).

A história escrita pelos vencedores apresenta o passado como uma sucessão ordenada de fatos. Esse modelo oculta rupturas, derrotas e catástrofes que fazem parte da própria tessitura do tempo histórico. Essa crítica é sintetizada na imagem do *Angelus Novus*, na qual Benjamin afirma que, “onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe” (Benjamin, 2020, p. 87), evidenciando que a ideia de progresso encobre o acúmulo de ruínas produzido ao longo da história.

Essa perspectiva se conecta à crítica de Benjamin (2002, p. 96) sobre a ideia de progresso, quando ele observa:

Portanto, a progressividade não é de modo algum aquilo que se entenda pela expressão moderna ‘progresso’, não é uma certa relação apenas relativa dos graus de cultura entre si. Ela é, assim como a vida inteira da humanidade, um processo de realização infinito e não um simples processo de devir (Benjamin, 2002, p. 96).

Nesse sentido, a formulação benjaminiana de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 2020, p. 74) vai além de um procedimento metodológico ou interpretativo. Ela se configura como uma exigência ética e política. Essa perspectiva interpela diretamente as práticas educativas e o papel social da escola na construção da memória coletiva.

Ao ser transposta para o ensino de História, essa perspectiva desloca profundamente o sentido atribuído ao conhecimento histórico escolar. O ensino deixa de ser compreendido como mera transmissão cronológica de conteúdos previamente legitimados e passa a constituir-se como prática de resistência.

Resistir, nesse contexto, significa recusar a reprodução acrítica das narrativas hegemônicas. Também implica criar condições pedagógicas para que fragmentos do passado sejam resgatados. Esses fragmentos foram, muitas vezes, silenciados, marginalizados ou tratados como irrelevantes. Eles precisam ser problematizados e reinscritos no presente.

A sala de aula transforma-se, assim, em um espaço de disputa simbólica e política. Diferentes memórias entram em tensão. Nesse espaço, tornam-se visíveis os conflitos, as contradições e as violências que estruturam a experiência histórica.

Benjamin (2020) enfatiza que toda narrativa histórica é atravessada por relações de poder e que a memória não se apresenta como um campo neutro. Ela é constantemente apropriada, organizada e silenciada conforme os interesses das classes dominantes.

Nesse sentido, o autor afirma que “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele realmente foi’” (Benjamin, 2020, p. 65), mas apropriar-se de uma recordação no momento em que ela emerge como possibilidade crítica, evidenciando que a construção da memória histórica é sempre marcada por disputas e escolhas políticas.

Essa compreensão atribui ao ensino de História uma função ética fundamental. Ele deve possibilitar que os estudantes reconheçam o passado como um campo de lutas inacabadas. Esses conflitos se expressam nas desigualdades, exclusões e injustiças do tempo presente.

Como destaca Benjamin, “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra” (Benjamin, 2020, p. 83). Essa afirmação rompe com a lógica da história como sucessão linear de acontecimentos. Ela introduz uma abordagem crítica que reconhece o sofrimento, a opressão e a resistência como categorias centrais da análise histórica.

É nesse ponto que o diálogo com a pedagogia crítica de Paulo Freire se torna particularmente relevante. Para Freire (2003), a educação é, por natureza, uma prática política. Ela nunca é neutra, pois se orienta para a manutenção ou para a transformação da ordem social

existente. Essa compreensão exige que o processo educativo seja pensado a partir de suas implicações éticas, sociais e históricas. Assim, ensinar envolve assumir uma posição diante das desigualdades e das relações de poder que estruturam a sociedade.

Nesse horizonte, o diálogo entre Walter Benjamin e Paulo Freire não se estabelece apenas no plano conceitual, mas se afirma como uma exigência ética diante da realidade histórica. Ambos recusam a neutralidade do conhecimento e reconhecem que a inserção crítica no tempo presente é condição para qualquer prática educativa comprometida com a transformação social.

Como sintetiza Agostini (2019, p. 64), “Benjamin e Freire sublinham a necessidade de uma inserção lúcida na realidade histórica como tarefa que não pode ser adiada”, reforçando a compreensão de que o ensino de História implica responsabilidade diante das injustiças herdadas do passado e vividas no presente.

Ao criticar a educação bancária, marcada pela transmissão mecânica de conteúdos e pela passividade dos educandos, Freire propõe uma pedagogia problematizadora. Essa pedagogia se fundamenta no diálogo, na escuta e na construção coletiva do conhecimento. Tal perspectiva converge com a crítica benjaminiana ao historicismo. Ambas recusam a naturalização da realidade e afirmam a necessidade de uma leitura crítica do mundo e da história.

No ensino de História, a articulação entre Benjamin e Freire permite compreender que a leitura crítica do passado não pode ser dissociada da leitura crítica do presente. Para Freire (2003), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o que implica reconhecer que a compreensão da realidade histórica parte das experiências concretas dos sujeitos.

De modo semelhante, Benjamin enfatiza a dimensão ética dessa leitura ao afirmar que “os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso” (Benjamin, 2020, p. 65). Essa afirmação indica que a interpretação do passado está sempre em disputa e envolve responsabilidades no tempo presente.

Assim, a compreensão histórica dos processos de opressão exige que os estudantes relacionem os conteúdos históricos às suas próprias experiências, que são sociais, culturais e políticas, lembrando que, como afirma Freire, “a leitura de mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 2008, p. 14).

A partir disso, ao escovar a história a contrapelo, o ensino de História não apenas revisita o passado, mas promove processos de conscientização, nos quais os sujeitos se reconhecem como participantes de uma história marcada por conflitos, disputas e possibilidades de transformação.

Nessa perspectiva, o professor de História deixa de ocupar o lugar de transmissor de verdades acabadas. Ele passa a assumir o papel de mediador de memórias e narrativas. Inspirado em Freire, o educador cria condições para o diálogo. Também promove a problematização como princípio do trabalho pedagógico.

Essa atuação estimula os estudantes a questionarem as versões oficiais do passado. Ela permite reconhecer os mecanismos de opressão presentes nas narrativas históricas dominantes. Essa mediação exige uma postura ética do professor. Tal postura deve estar comprometida com a justiça histórica e com o reconhecimento dos sujeitos subalternizados como protagonistas.

Ao integrar a perspectiva benjaminiana da história dos vencidos com a pedagogia freireana da libertação, o ensino de História afirma-se como prática formativa orientada pela ética da responsabilidade. Responsabilidade, aqui, significa assumir um compromisso com as memórias silenciadas e com as lutas interrompidas do passado, reconhecendo que o esquecimento não é um fenômeno natural, mas um processo social e político.

Ao favorecer o contato dos estudantes com narrativas marginalizadas, o ensino de História aproxima-os da experiência de povos indígenas, populações negras, trabalhadores, mulheres e outros grupos historicamente oprimidos. Essa abordagem contribui para a formação de uma consciência histórica sensível às desigualdades. Ela também estimula uma postura aberta à transformação social.

Nessa direção, compreender o ensino de História como prática ética de resistência implica reconhecer a responsabilidade diante do passado, do presente e do futuro. Educar historicamente significa assumir um compromisso com a memória e com a crítica. Essa perspectiva rompe com a ideia de neutralidade do conhecimento histórico. Ela exige uma postura ativa frente às injustiças históricas.

Inspirado em Walter Benjamin e em diálogo com Paulo Freire, o ensino de História pode se tornar um espaço de ruptura com o conformismo histórico. Ele questiona a naturalização da barbárie associada à ideia de progresso. Ao mesmo tempo, promove a formação de sujeitos críticos. Esses estudantes compreendem seu lugar no tempo histórico e atuam de forma consciente por uma sociedade mais justa, democrática e plural.

Dessa forma, compreender o ensino de História como prática ética de resistência exige não apenas a crítica às narrativas hegemônicas e à ideia de progresso. Exige também a definição de ferramentas conceituais capazes de sustentar uma leitura crítica do tempo histórico. Nesse sentido, a resistência, entendida como o gesto de “escovar a história a contrapelo”, demanda a reflexão sobre como essa operação se realiza no plano do conhecimento histórico e da prática pedagógica.

É nesse horizonte que a dialética benjaminiana se apresenta como uma categoria fundamental para o ensino de História. Ela permite apreender o passado a partir das rupturas, das tensões e das contradições que o constituem. Ao mesmo tempo, possibilita articular essas dimensões ao presente, ampliando o potencial crítico e formativo da aprendizagem histórica.

## **5.2 A dialética como ferramenta pedagógica**

A reflexão sobre o ensino de História, à luz do pensamento de Walter Benjamin, exige compreender a dialética como categoria central para a leitura crítica do tempo histórico. Diferentemente das concepções dialéticas orientadas pela síntese ou pela conciliação progressiva, a dialética benjaminiana se caracteriza por ruptura, interrupção e confronto. Para Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” (Benjamin, 2020, p. 119).

Essa abordagem se articula a uma perspectiva materialista da ação humana, na qual o conhecimento histórico não se separa da prática social. Como observa Agostini (2019, p. 124), trata-se de “uma compreensão dialética e materialista da sociedade, na qual o ser humano se distingue como ser da práxis, unindo ação e reflexão, numa ação permanente com o mundo e sobre ele”. Essa concepção reforça o caráter formativo e transformador da dialética no ensino de História.

Para Benjamin (2020), o conhecimento histórico não surge da continuidade dos acontecimentos. Ele emerge do choque entre passado e presente. Nesse movimento, imagens históricas são arrancadas de um contexto de aparente estabilidade e ressignificadas a partir das urgências do agora. Trata-se de uma dialética que rejeita a linearidade do tempo e rompe com a ideia de progresso inevitável.

Segundo Benjamin, “a verdadeira imagem do passado passa velozmente. O passado só se deixa fixar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de seu reconhecimento” (Benjamin, 2020, p. 62). Assim, a história se revela como um campo de tensões e contradições, repleto de possibilidades não realizadas.

Nesse contexto, Gagnebin (2003) ressalta a dimensão narrativa da história em Benjamin. Ela observa que a narração não se limita a relatar acontecimentos, mas constitui mediação entre passado e presente, conectando experiências individuais e coletivas. A narrativa histórica transforma-se, assim, em instrumento para compreender rupturas, continuidades e conflitos, reforçando a dimensão ética e formativa do ensino de História.

A noção de tempo histórico marcada pelo conceito de *Jetztzeit* (tempo-agora) tem

implicações diretas para o ensino. Ao assumir a dialética como ferramenta pedagógica, o professor não apresenta os acontecimentos como fatos encerrados. Pelo contrário, ele os problematiza como processos marcados por conflitos sociais, disputas de poder e experiências de sofrimento e resistência.

O presente deixa de ser entendido como mera transição entre passado e futuro. Ele se torna um tempo tensionado, no qual as contradições históricas se tornam visíveis. Benjamin afirma que “o materialista histórico não pode renunciar ao conceito de um presente que não é um presente que é transição, mas no qual o tempo estanca e ficou imóvel” (Benjamin, 2020, p. 128). A dialética permite revelar contradições em discursos históricos oficiais e evidenciar as relações entre opressores e oprimidos.

Benjamin também enfatiza a dimensão transformadora da consciência histórica. Ele afirma que “a consciência de fazer explodir o contínuo da história é própria das classes revolucionárias no instante de sua ação” (Benjamin, 2020, p. 123). Isso indica que a leitura dialética do passado exige interrupção crítica de narrativas consolidadas.

No contexto escolar, essa abordagem possibilita que os estudantes compreendam que processos históricos não são neutros nem inevitáveis. Eles estão marcados por escolhas, silenciamentos e disputas que devem ser analisados criticamente. Trabalhar a história de forma dialética implica problematizar fontes e questionar versões consagradas dos acontecimentos.

Toda narrativa histórica é produzida a partir de interesses e posições sociais específicas. Assim, o ensino de História rompe com a memorização factual e promove a formação de um pensamento histórico capaz de apreender contradições do passado e repercussões no presente. A sala de aula transforma-se em um espaço dialético de produção do conhecimento histórico, no qual o confronto de ideias, interpretações e experiências é valorizado.

A dialética pedagógica se manifesta no diálogo, na problematização e na escuta ativa. O conflito interpretativo deixa de ser visto como obstáculo e passa a ser parte constitutiva do processo formativo. Isso favorece a construção coletiva do saber histórico.

A distinção entre a dialética hegeliano-marxista tradicional e a dialética benjaminiana mostra-se fundamental para evitar leituras simplificadoras do pensamento de Walter Benjamin. Na tradição hegeliana, a dialética estrutura-se como um movimento de superação progressiva das contradições, orientado por uma lógica de totalidade e reconciliação. Ainda que Marx rompa com o idealismo de Hegel ao situar a dialética no plano material das relações sociais, permanece, em certa medida, a ideia de um processo histórico marcado por mediações e superações que se desdobram ao longo do tempo.

Benjamin, por sua vez, desloca radicalmente esse horizonte ao recusar qualquer

concepção de síntese reconciliadora ou de progresso necessário. Sua dialética não opera pela continuidade, mas pela interrupção. Trata-se de um gesto crítico que suspende o curso do tempo homogêneo, fazendo emergir, no presente, imagens do passado carregadas de tensão, sofrimento e luta.

A dialética benjaminiana não busca resolver as contradições da história, mas torná-las visíveis, interrompendo narrativas conformistas e abrindo espaço para uma leitura histórica comprometida com os vencidos. Nesse sentido, a dialética deixa de ser apenas um método de compreensão da realidade e assume o caráter de postura ética e política frente ao passado e ao presente.

O papel do professor assume centralidade nesse processo. Inspirado pela perspectiva benjaminiana, ele atua como mediador dialético. Cria situações pedagógicas que estimulam questionamento e reflexão e promove o confronto crítico com o passado. A mediação envolve seleção criteriosa de fontes e narrativas, tensionamento de versões consolidadas e visibilidade às experiências historicamente marginalizadas. O professor não detém verdades prontas, mas orienta o olhar dos estudantes para as contradições da história, favorecendo análise crítica e autonomia no conhecimento (Freire, 2003, p. 105).

Essa abordagem dialoga profundamente com a pedagogia crítica de Paulo Freire (2003), que vê a educação como prática política orientada pela problematização da realidade e pela formação de sujeitos conscientes de seu papel histórico. Ambos recusam a neutralidade do conhecimento e denunciam práticas educativas que naturalizam a opressão.

Ao articular a dialética benjaminiana com a pedagogia freireana, o ensino de História afirma-se como prática emancipadora. Ele não apenas analisa contradições do passado, mas também orienta para a transformação social. Estudantes desenvolvem consciência crítica, sensibilidade às desigualdades e capacidade de interpretar a história como construção social. Estão preparados para se posicionar eticamente diante de desafios contemporâneos.

Assim, incorporada como ferramenta pedagógica, a dialética benjaminiana amplia as possibilidades formativas do ensino de História. Ela articula conhecimento, ética e ação, criando condições para que o passado seja compreendido como campo de disputas. Além disso, transforma a memória histórica em espaço de reflexão crítica e responsabilidade social. Essa perspectiva prepara o terreno para a discussão das categorias de narração e experiência, que aprofundam o debate sobre as dimensões formativas do ensino e suas potencialidades na construção de sujeitos críticos e historicamente conscientes.

### 5.3 Narração, experiência e possibilidades formativas

A reflexão sobre o ensino de História, a partir da perspectiva de Walter Benjamin, exige considerar a centralidade da narração e da experiência como dimensões formativas. Benjamin compreende a experiência histórica como algo que não se transmite de modo neutro ou contínuo. Ela exige responsabilidade diante do passado. Como ele afirma, “o passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção” (Benjamin, 2020, p. 48). Toda narração envolve, portanto, um compromisso ético com aquilo que foi vivido.

Em *O narrador*, Walter Benjamin aprofunda a distinção entre experiência (*Erfahrung*) e narração ao analisar o empobrecimento das formas tradicionais de transmissão da experiência na modernidade. Para o autor, a experiência não se reduz à vivência imediata (*Erlebnis*), mas corresponde a um saber elaborado no tempo, tecido pela memória, pela repetição e pela partilha coletiva.

A narração, nesse contexto, não é mera comunicação de informações, mas a forma privilegiada de transmissão da experiência, capaz de integrar conselho, memória e sentido histórico. Benjamin observa que o narrador “retira da experiência o que ele conta: da sua própria ou da relatada por outros” (Benjamin, 2012), evidenciando que narrar implica transformar a vivência em conhecimento compartilhável.

Assim, embora intimamente articuladas, experiência e narração ocupam lugares distintos: a experiência constitui o conteúdo vivido e assimilado historicamente, enquanto a narração opera como mediação simbólica que permite sua circulação e ressignificação. No ensino de História, essa distinção é fundamental, pois a crise da experiência implica também uma crise da narração formativa, exigindo práticas pedagógicas que recuperem a dimensão narrativa como meio de reinscrever o passado no presente de modo crítico e ético.

A modernidade favorece a fragmentação da experiência e o enfraquecimento da narração histórica. A primazia da informação imediata rompe os vínculos entre passado e presente. Isso dificulta a construção de sentidos históricos compartilhados. Benjamin alerta que “articular o passado historicamente não significa conhecê-lo ‘tal como ele realmente foi’” (Benjamin, 2020, p. 65), mas apropriá-lo em um momento de perigo. Nesse sentido, a narração deixa de ser apenas exposição de fatos e se torna gesto crítico.

No contexto escolar, essa crise se manifesta na dificuldade de relacionar conteúdos históricos às vivências concretas dos estudantes. Quando o ensino se limita à transmissão de dados isolados, o conhecimento se torna fragmentado. A aprendizagem perde a capacidade de mobilizar a experiência, e a conexão entre passado e presente se enfraquece.

Michael Löwy (2012), em *Aviso de Incêndio*, destaca que a leitura crítica do passado

exige atenção às catástrofes e rupturas, e não apenas à narrativa de progresso linear. A experiência histórica não se reduz à acumulação de fatos. Ela se manifesta na capacidade de perceber tensões, conflitos e opressão atravessando o tempo social. Essa perspectiva reforça a ideia de que ensinar História requer sensibilidade ética diante do sofrimento e da resistência de grupos marginalizados.

Segundo Löwy, a abordagem benjaminiana da história das derrotas e dos vencidos permite resgatar fragmentos esquecidos e vozes silenciadas. No contexto escolar, isso se traduz em práticas que valorizam narrativas marginalizadas. Ao incluir essas vozes, o ensino de História não apenas transmite conteúdos, mas promove a formação de sujeitos críticos e responsáveis diante das injustiças.

Jeanne Gagnebin (2003) observa que a narração, para Benjamin, vai além do relato de acontecimentos. Ela constitui um processo de mediação entre passado e presente. A narrativa funciona como elo que conecta experiências individuais e coletivas. Permite que o conhecimento histórico seja vivido e reinterpretado à luz de situações contemporâneas. Assim, a narração torna-se instrumento para compreender rupturas, continuidades e conflitos, reforçando sua dimensão ética.

Gagnebin (2003) também destaca que a história narrada não é neutra. Ela envolve escolhas, silenciamentos e ênfases que revelam a posição do narrador. Valorizar essas dimensões permite ao ensino de História fomentar a consciência crítica dos estudantes. Eles são estimulados a refletir sobre suas experiências, reconhecer desigualdades e compreender a complexidade do passado. A narração transforma-se, assim, em prática formativa que articula memória, ética e interpretação.

Recuperar o sentido da narração significa restituir à palavra sua função mediadora entre gerações. O narrador compartilha experiências e abre espaço para escuta, reflexão e interpretação. Benjamin afirma que:

A rememoração funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Em cada um deles vive uma Scherazade, à qual ocorre uma nova história em cada passagem da história que está contando (Benjamin, 2012, p. 228).

No ensino de História, narrar é um ato de responsabilidade histórica. O professor constrói sentidos e estabelece vínculos entre diferentes tempos. Ele atua como mediador de experiências históricas, curando narrativas e fontes diversas. Ao criar situações de aprendizagem baseadas na narração, promove-se o reconhecimento dos estudantes como

sujeitos históricos, capazes de interpretar o passado e relacioná-lo com os desafios do presente. A sala de aula torna-se espaço de escuta, diálogo e construção coletiva da memória.

A experiência histórica, central no pensamento de Benjamin, amplia o ensino além do plano cognitivo. Aprender História significa vivenciar o tempo como espaço de escolhas, rupturas, perdas e resistências. Compreender o sofrimento como categoria histórica favorece uma consciência crítica das desigualdades e estimula ações transformadoras no presente.

Autores contemporâneos reforçam essa abordagem. Leonardo Boff (1999, 2000) destaca a ética do cuidado, ressaltando a importância de uma educação voltada para o respeito à dignidade humana e para o protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados. Seu trabalho enfatiza que a aprendizagem histórica deve engajar os estudantes na reflexão sobre justiça social e responsabilidade coletiva.

De forma complementar, Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) enfatizam a necessidade de enfrentar desigualdades estruturais e de compreender o passado de forma crítica, mostrando como processos históricos de exclusão e violência moldam o presente. Integrar narração e experiência constitui um caminho pedagógico que articula memória, ética e ação, valorizando relatos, testemunhos e memórias locais, promovendo uma aprendizagem que conecta conhecimento histórico, consciência ética e engajamento social.

Ao articular dialética, narração e experiência, o ensino de História inspirado em Walter Benjamin revela-se uma prática ética, crítica e emancipadora. A recuperação de memórias silenciadas e a promoção de experiências significativas de aprendizagem histórica não apenas rompem com o conformismo e a naturalização da barbárie, mas também cultivam a reflexão crítica, a empatia e a responsabilidade social nos estudantes.

Nesse contexto, a escola se consolida como um espaço privilegiado de formação de sujeitos capazes de compreender a complexidade do passado, reconhecer desigualdades históricas e contemporâneas e atuar de forma consciente na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Integrar narração, experiência e reflexão ética transforma o ensino de História em prática formativa que valoriza relatos, testemunhos, histórias de vida e memórias locais, promovendo o engajamento dos estudantes como agentes ativos na interpretação e transformação da realidade histórica e social.

Assim, o ensino de História deixa de ser mera transmissão de fatos. Torna-se um espaço de construção coletiva de memória, de consciência ética e de ação política. Ao recuperar vozes silenciadas e valorizar experiências significativas, a educação histórica cumpre seu papel emancipador: formar sujeitos críticos, sensíveis às injustiças e preparados para contribuir de forma consciente para uma sociedade mais democrática e igualitária.

## 6. CONCLUSÃO

Ao longo da primeira seção, buscou-se analisar a concepção de história elaborada por Walter Benjamin, tomando como eixo central as *Teses sobre o conceito de história* (2020) e suas implicações éticas, políticas e epistemológicas. A crítica benjaminiana ao historicismo e à ideia de progresso linear revelou-se fundamental para compreender os limites das narrativas históricas tradicionais, frequentemente comprometidas com a naturalização da dominação e com o silenciamento das experiências dos vencidos. Ao recusar a noção de um tempo homogêneo, contínuo e cumulativo, Benjamin propõe uma compreensão da história como campo de disputas, rupturas e possibilidades abertas.

A análise do contexto histórico de elaboração das Teses evidenciou que o pensamento benjaminiano não se constitui como um exercício abstrato, mas como uma intervenção teórica urgente diante da catástrofe da modernidade. A experiência do fascismo, da perseguição política e do colapso das promessas progressistas atravessa profundamente sua reflexão, conferindo-lhe um caráter crítico e comprometido com a memória dos oprimidos. Nesse sentido, a história deixa de ser concebida como relato dos vencedores e passa a ser entendida como espaço de responsabilidade histórica diante das injustiças acumuladas.

A crítica ao historicismo e ao determinismo histórico permitiu explicitar como essas concepções sustentam narrativas conformistas, que esvaziam os conflitos e limitam a ação política. Ao denunciar a empatia com os vencedores e a lógica do progresso como motores da barbárie, Benjamin afirma a necessidade de resgatar as “centelhas de esperança” soterradas no passado. A memória, nesse horizonte, assume um papel ativo e político, tornando-se instrumento de resistência e de contestação das formas hegemônicas de poder.

A articulação entre materialismo histórico e teologia revelou-se um dos aspectos mais singulares e fecundos do pensamento benjaminiano. Longe de constituir uma contradição, essa relação confere ao materialismo histórico uma profundidade ética, orientada pela memória, pela esperança e pela exigência de redenção das experiências silenciadas. A história, assim compreendida, não se limita à análise estrutural dos processos sociais, mas se orienta pela responsabilidade diante do sofrimento humano e pela possibilidade de interrupção do curso destrutivo do progresso.

Por fim, a noção de “história a contrapelo” consolidou-se como princípio metodológico, político e ético da concepção benjaminiana. Escovar a história a contrapelo significa romper com a narrativa triunfalista, revelar os escombros ocultos pelo discurso do progresso e reinscrever as lutas dos oprimidos no presente como força crítica. Trata-se de uma prática

historiográfica que transforma a memória em campo de disputa e a história em espaço de intervenção, reafirmando a centralidade da ação humana na construção de futuros alternativos.

Dessa forma, a concepção de história proposta por Walter Benjamin oferece não apenas uma crítica radical às narrativas dominantes, mas também fundamentos para uma prática histórica comprometida com a justiça, a emancipação e a transformação social. Ao compreender o passado como algo inacabado e carregado de possibilidades, Benjamin convoca o presente a assumir uma postura ativa diante da memória e das lutas históricas. Essa compreensão abre caminho para refletir, na seção seguinte, sobre os desdobramentos pedagógicos dessa concepção e sobre o ensino de História como prática formativa orientada à construção de uma consciência histórica crítica.

A concepção de história formulada por Walter Benjamin (2020) oferece um referencial teórico consistente para enfrentar os limites da historiografia tradicional e os desafios contemporâneos do ensino de História. Ao romper com a linearidade temporal, com a noção de progresso inevitável e com a pretensa neutralidade do conhecimento histórico, Benjamin desloca a história para o campo da ética, da política e da memória. A história passa a ser compreendida como espaço de disputas, silenciamentos e possibilidades de resistência.

Sua crítica ao historicismo e ao determinismo permite reconhecer o passado não como uma sucessão contínua de fatos, mas como um território marcado por conflitos e injustiças. Nesse território, as vozes dos vencidos foram sistematicamente apagadas. Nesse horizonte, o gesto de “escovar a história a contrapelo” assume um sentido ético e político. Ele implica resgatar fragmentos esquecidos, denunciar os mecanismos de dominação e reconhecer, na memória dos oprimidos, potenciais de resistência e de esperança.

A articulação entre materialismo histórico e teologia, longe de configurar uma contradição, revela-se central no pensamento benjaminiano. Essa aproximação introduz uma dimensão ética e redentora na leitura do passado. O olhar histórico se volta para as ruínas, os sofrimentos e as perdas acumuladas ao longo do tempo. Trata-se de compreender a memória não como nostalgia, mas como compromisso com a justiça histórica e com a transformação do presente.

No campo educacional, essa perspectiva amplia de modo significativo o sentido do ensino de História. A disciplina deixa de se restringir à transmissão cronológica de conteúdos. Ela passa a se configurar como espaço formativo de escuta, reflexão e consciência crítica. As categorias de dialética, narração e experiência emergem, nesse contexto, como instrumentos pedagógicos fundamentais.

A dialética possibilita compreender o passado em suas contradições e tensões. Por meio

da narração, resgata-se o valor ético da memória e da transmissão de experiências significativas. A partir da experiência, o conhecimento histórico articula-se às vivências concretas dos sujeitos. Esse movimento favorece uma aprendizagem crítica e emancipadora. Nesse sentido, esta pesquisa contribui para o campo do ensino de História ao reafirmar a memória, a narração e a experiência como fundamentos de uma prática pedagógica eticamente comprometida e politicamente situada.

Dessa forma, o ensino de História orientado pelo pensamento de Walter Benjamin assume uma dimensão político-pedagógica incontornável. Ele contribui para a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente o passado. Permite reconhecer as injustiças históricas, questionar narrativas hegemônicas e intervir de modo consciente na realidade social. Essa abordagem evidencia que a educação histórica não é neutra. Ela é atravessada por escolhas éticas e políticas. Exige do professor o papel de mediador de sentidos, fomentador do diálogo e da reflexão crítica.

Conclui-se, portanto, que a abordagem benjaminiana não apenas amplia os horizontes teóricos da historiografia. Ela também oferece caminhos formativos e transformadores para o ensino de História. Ao compreender o passado como campo de tensões, resistências e possibilidades, essa perspectiva ilumina o presente. Além disso, orienta a construção de práticas educativas comprometidas com a memória, a justiça social e a emancipação humana.

Em tempos marcados por negacionismos, autoritarismos e disputas em torno da memória, as teses *Sobre o conceito de história* permanecem como um chamado à responsabilidade histórica. Elas convocam a construção de um futuro mais justo. Um futuro no qual as vozes historicamente silenciadas possam ser reconhecidas, narradas e valorizadas.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: **Obras Escolhidas I**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Organização e tradução: Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.
- BENJAMIN, Walter. **O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão**. Trad. Márcio Seligmann Silva. São Paulo: Iluminura, 2002.
- BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?** 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **A história e a narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Estudos; 142 / dirigida por J. Guinsburg).
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LÖWY, Michael. Tempo Messiânico e Historicidade Revolucionária em Walter Benjamin. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 2069-2089, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/TrgyhmHK7ky33Rh7nFmVq8k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2025.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

## APÊNDICE – PRODUTO EDUCACIONAL



### A HISTÓRIA A CONTRAPELO: CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM WALTER BENJAMIN HISTORY AGAINST THE GRAIN: CONCEPTION OF HISTORY IN WALTER BENJAMIN<sup>1</sup>

**Andressa Luiza Dias Caldas**

<https://orcid.org/0009-0009-7175-2289>

**Vanderlei Barbosa**

<https://orcid.org/0000-0001-7246-4427>

**Resumo:** A narrativa histórica é marcada por disputas de sentido, memória e poder, especialmente em contextos permeados por revisionismos, negacionismos e discursos autoritários. Diante desse cenário, torna-se necessário repensar criticamente os fundamentos epistemológicos da historiografia tradicional, frequentemente ancorada em concepções lineares, progressistas e deterministas. Nesse sentido, este artigo propõe uma análise da concepção de história elaborada por Walter Benjamin (2020) nas teses de *Sobre o conceito de História*, investigando sua atualidade e potencial emancipador. O objetivo principal consiste em explorar as ideias centrais contidas nas teses, compreendendo de que modo elas podem subsidiar uma abordagem crítica da história. Para isso, discute-se a crítica benjaminiana ao historicismo, examina-se sua articulação entre materialismo histórico e teologia, e analisa-se a proposta metodológica de “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 2020, p. 74) como forma de resgatar experiências silenciadas. O referencial teórico baseia-se no pensamento do próprio autor, em diálogo com autores como Michael Löwy (2005, 2020) e Nilo Agostini (2019). A pesquisa, de natureza bibliográfica, integra também a elaboração de um produto educacional voltado ao ensino de história crítica. Espera-se que o estudo contribua para a formação de sujeitos históricos conscientes, capazes de confrontar narrativas hegemônicas e mobilizar a memória como instrumento de transformação social.

**Palavras-chave:** Walter Benjamin; concepção de história; materialismo histórico.

**Abstract:** Historical narrative is shaped by disputes over meaning, memory, and power, particularly in contexts marked by revisionism, denialism, and authoritarian discourses. In light of this scenario, it becomes imperative to critically reconsider the epistemological foundations of traditional historiography, which is often anchored in linear, progressivist, and deterministic conceptions. In this regard, the present article proposes an analysis of the conception of history developed by Walter Benjamin (2020) in the theses of his *On the Concept of History*, examining

<sup>1</sup> Artigo científico apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado Profissional), área de concentração em Formação de Professores, para obtenção da qualificação.

its contemporary relevance and emancipatory potential. The main objective is to explore the central ideas presented in the theses, seeking to understand how they may support a critical approach to historical understanding. To that end, the article addresses Benjamin's critique of historicism, investigates his articulation between historical materialism and theology, and analyzes his methodological proposal of "brushing history against the grain" (Benjamin, 2020, p. 74) as a way to recover silenced experiences. The theoretical framework is grounded in Benjamin's own thought, in dialogue with scholars such as Michael Löwy (2005, 2020) and Nilo Agostini (2019). This bibliographic study also involves the development of an educational product aimed at fostering critical history teaching. It is expected that this research will contribute to the formation of historically conscious subjects, capable of confronting hegemonic narratives and mobilizing memory as an instrument of social transformation.

**Keywords:** Walter Benjamin; conception of history; historical materialism.

## 1 INTRODUÇÃO

A escrita da história sempre esteve envolvida em disputas por memória, poder e significado, longe de ser um relato neutro e linear dos acontecimentos. A narrativa histórica é construída a partir de escolhas, interesses e perspectivas que moldam o modo como compreendemos o passado e, por consequência, como nos posicionamos no presente. Em muitos casos, a história oficial tem servido para reforçar estruturas de dominação, naturalizar injustiças e silenciar vozes dissidentes.

No século XX, diante das crises políticas, das guerras mundiais e do avanço dos regimes totalitários, tornou-se ainda mais evidente a necessidade de repensar criticamente os fundamentos da historiografia tradicional. É nesse contexto que os manuscritos de Walter Benjamin, especialmente suas teses em *Sobre o conceito de História*, surgem como uma intervenção filosófica e política decisiva.

Redigidas em meio à perseguição nazista, pouco antes de seu suicídio na fronteira entre França e Espanha, as teses representam uma resposta urgente à barbárie e à falsa promessa de progresso contínuo. Benjamin (2020) propõe uma ruptura com o historicismo e o positivismo, sugerindo uma abordagem da história que privilegia os vencidos, os fragmentos esquecidos e as potencialidades revolucionárias soterradas pelas narrativas hegemônicas. Em oposição à história escrita pelos vencedores, propõe "escovar a história a contrapelo" (Benjamin, 2020, p. 74), recuperando os traços apagados daqueles que resistiram e foram derrotados.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo principal explorar as principais ideias contidas nas teses *Sobre o conceito de História*, ressaltando sua atualidade e relevância para uma compreensão crítica e transformadora da história. Ao retomar a crítica de Benjamin

(2020) ao progresso e ao tempo linear, pretende-se analisar de que maneira sua proposta teórica contribui para reconfigurar a prática historiográfica, bem como suas implicações no campo da educação e da formação de consciências históricas atentas às memórias dos oprimidos.

A pertinência desta pesquisa está ligada à crescente banalização das violências históricas e ao avanço de discursos autoritários que deslegitimam os saberes construídos a partir da memória, da crítica e da diversidade. Em um tempo em que o negacionismo e o revisionismo ganham espaço em arenas públicas e instituições educativas. Retomar o pensamento benjaminiano é um gesto de resistência e compromisso ético com o passado e suas possibilidades não realizadas.

Assim, ao propor uma leitura da história que escapa às lógicas lineares e deterministas, o filósofo nos convida a reconhecer que cada momento histórico é carregado de tensões e escolhas, e que o passado, longe de estar morto, ainda pode ser mobilizado em nome da transformação do presente.

Metodologicamente, esta investigação se baseia em uma pesquisa bibliográfica, tendo como eixo central a leitura das teses *Sobre o conceito de História*, articuladas com pensadores como Michael Löwy (2005, 2020), Nilo Agostini (2019), entre outros. A abordagem adotada é teórico-conceitual, com o objetivo de compreender a densidade filosófica do texto benjaminiano e suas ressonâncias no pensamento histórico contemporâneo.

A estrutura do artigo está organizada em quatro seções. A primeira aborda a concepção de história em Walter Benjamin, contextualizando o cenário político do século XX. Já a segunda examina a crítica de Benjamin (2020) ao historicismo e ao determinismo, revelando como essas concepções sustentam a hegemonia de uma história linear e conformista.

Em seguida, discute-se a complexa articulação entre materialismo histórico e teologia, que fundamenta a dimensão ética e messiânica de sua proposta. Por fim, analisa-se o conceito de “história a contrapelo”, destacando sua potência como estratégia metodológica, política e pedagógica de subversão das narrativas dominantes.

Este artigo compõe a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla. Em um segundo artigo, será discutido especificamente o ensino de história à luz do pensamento benjaminiano, com foco na formação de professores e na elaboração de práticas pedagógicas críticas. Ademais, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação, será produzido também um caderno pedagógico, que servirá como produto educacional voltado à aplicação prática dos referenciais teóricos debatidos, especialmente no contexto da educação básica.

Logo, espera-se, com este estudo, contribuir para o fortalecimento de uma historiografia engajada com a memória dos vencidos e com a denúncia das violências estruturais que atravessam o passado e reverberam no presente. Assim, Benjamin (2020, p. 70), ao iluminar as “centelhas de esperança” contidas nos escombros da história, oferece não apenas uma nova forma de compreender o tempo, mas também uma prática de intervenção crítica que inspira a luta por justiça, liberdade e emancipação.

## 2 METODOLOGIA

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica baseada na leitura e análise das teses apresentadas em *Sobre o conceito de História*, de Walter Benjamin (2020). O estudo busca compreender a concepção de história apresentada pelo autor, destacando sua crítica às narrativas lineares e progressistas, bem como a valorização da memória dos vencidos. A obra foi escolhida como eixo central da análise por seu potencial crítico e por sua atualidade diante dos desafios sociais, políticos e educacionais do presente.

A abordagem adotada é teórico-conceitual, com foco na interpretação das ideias filosóficas presentes nas teses Benjamin (2020). Para isso, o artigo também estabelece um diálogo com outros autores que estudam ou desenvolvem suas reflexões a partir do pensamento benjaminiano, como Michael Löwy (2005, 2020) e Nilo Agostini (2019). Esses referenciais permitem contextualizar melhor o texto original, explorar seus conceitos principais e refletir sobre suas implicações para a historiografia contemporânea e o ensino de história.

A leitura das teses foi realizada com atenção ao estilo fragmentado do texto e à complexidade das imagens e metáforas utilizadas por Benjamin. O estudo não pretende esgotar todas as interpretações possíveis da obra, mas sim destacar os elementos que contribuem para uma compreensão crítica da história. Essa leitura busca, sobretudo, evidenciar como a proposta do autor rompe com a linearidade histórica e com a lógica do progresso inevitável, promovendo uma visão mais aberta, reflexiva e sensível ao sofrimento humano.

A análise foi organizada em quatro eixos principais, que estruturam o desenvolvimento do artigo: a concepção de História em Walter Benjamin; a crítica ao historicismo e ao determinismo; a relação entre materialismo histórico e teologia; e o conceito de “história a contrapelo” (Benjamin, 2020, p. 74). Esses temas foram definidos com base na recorrência e importância que ocupam nas teses, e também por sua relevância para pensar novas formas de compreender o passado e seus efeitos sobre o presente.

Cada eixo foi desenvolvido a partir da leitura direta das teses, sempre acompanhada da reflexão de autores que contribuem para esclarecer ou aprofundar os conceitos apresentados por Benjamin (2020). A escolha desses teóricos se baseou na afinidade com os objetivos do estudo e na qualidade das contribuições que oferecem ao debate sobre a história, a memória, o tempo e a crítica à hegemonia das narrativas dominantes.

Embora este estudo não envolva pesquisa empírica ou aplicação prática direta, ele se articula com a realidade educacional brasileira, especialmente no que diz respeito ao papel da história como ferramenta de formação crítica. O artigo considera que pensar a história a partir das teses de Benjamin (2020) pode contribuir para práticas pedagógicas que valorizem a memória dos oprimidos e questionem versões oficiais que reforçam a exclusão e o silenciamento.

Dessa forma, a metodologia escolhida busca não apenas analisar um texto filosófico, mas também construir uma reflexão que dialogue com o presente. Ao explorar a obra de Benjamin (2020) como instrumento de leitura crítica do passado, o artigo pretende apontar caminhos para o ensino de história comprometido com a diversidade e com a transformação da realidade.

### **3 A CONCEPÇÃO DE HISTÓRIA EM WALTER BENJAMIN**

Walter Benjamin foi um filósofo, ensaísta e crítico literário alemão, nascido em Berlim em 15 de julho de 1892, em uma família de comerciantes judeus. Sua trajetória intelectual se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX, período caracterizado por intensas transformações sociais, políticas e culturais na Europa. Com um pensamento progressista, contribuiu significativamente em diversos campos, como a literatura, a filosofia e a história.

Além disso, participou ativamente dos debates da chamada Teoria Crítica, vinculada à Escola de Frankfurt, embora sua relação com o grupo tenha sido, por vezes, tensa e marcada por divergências. Sua vida foi interrompida aos 48 anos, quando cometeu suicídio na fronteira entre França e Espanha, em uma tentativa desesperada de escapar do regime nazista, que se intensificava desde a década de 1930.

O contexto da Segunda Guerra Mundial exerceu profunda influência sobre o pensamento de Benjamin. A ascensão de regimes autoritários, como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália, consolidou-se em meio à instabilidade econômica e política do período entre guerras.

Para o filósofo, o avanço do nazismo era a expressão mais perversa da crença no progresso histórico defendida pelo historicismo, um progresso que não apenas falhou em evitar a barbárie, mas que, em muitas ocasiões, a legitimou e perpetuou. Durante sua fuga da

França ocupada, carregava consigo um de seus legados mais emblemáticos: as teses *Sobre o conceito de História*.

Escritas sob a forma de uma carta endereçada ao filósofo Theodor W. Adorno, o texto foi elaborado em meio à repressão do regime nazista e sob o impacto do Pacto Molotov-Ribbentrop. Essas reflexões, redigidas em um período de intensa violência e opressão, não foram concebidas para publicação imediata, mas como uma tentativa de compreender criticamente os impasses políticos e históricos de sua época.

O Pacto Molotov-Ribbentrop, firmado em agosto de 1939, foi um tratado de não agressão entre a Alemanha nazista e a União Soviética (URSS). Por meio dele, os dois países acordaram a divisão de áreas da Europa Oriental em zonas de influência, o que causou choque e consternação na comunidade internacional, especialmente entre os intelectuais de esquerda. Muitos viam na União Soviética uma fortaleza contra o avanço do fascismo, e o pacto foi interpretado como uma traição ideológica que colocava em xeque os compromissos revolucionários e antinazistas da URSS.

Conforme Löwy (2005) esse pacto não apenas facilitou a invasão da Polônia, evento que marcou o início oficial da Segunda Guerra Mundial, como também fortaleceu o regime nazista, aumentando a vulnerabilidade daqueles que resistiam à opressão, como Benjamin. Para muitos pensadores e ativistas da época, o acordo evidenciou as contradições e os limites das alianças políticas supostamente progressistas, revelando a fragilidade e a precariedade da luta antifascista em escala internacional.

É nesse contexto histórico conturbado que as teses *Sobre o conceito de História* emergem como uma resposta crítica e urgente, desafiando as ilusões de progresso que legitimam a violência e a exclusão social. Segundo Agostini (2019, p. 36), trata-se de “uma das obras mais expressivas do século XX”, justamente por sua capacidade de romper com as visões dominantes da história. Publicada postumamente, a coletânea de 18 teses apresenta uma crítica contundente às concepções históricas sustentadas pelo historicismo e pelo positivismo, propondo uma nova forma de pensar o tempo, a memória e o papel do historiador.

As teses apresentam uma abordagem que privilegia a perspectiva dos vencidos, resgatando suas experiências e explorando as possibilidades de redenção ocultas nos fragmentos do passado. Essa visão contrasta com a história linear e progressiva, propondo uma abordagem dialética na qual o passado e o presente dialogam constantemente, abrindo caminho para novas interpretações e transformações.

Ao tratar a história como um campo de tensões e conflitos, rompe com as narrativas hegemônicas e propõe uma prática histórica comprometida com a justiça social e com a memória dos oprimidos. Sua concepção fornece ferramentas críticas indispensáveis para

analisar os desafios históricos, culturais e sociais da contemporaneidade.

As reflexões de Walter Benjamin (2020) continuam a inspirar e desafiar as narrativas que legitimam a exclusão e a opressão, mostrando que o resgate da memória dos vencidos é uma ação política e ética indispensável para a construção de um futuro mais justo. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a explorar as principais ideias contidas nas teses *Sobre o conceito de História*, ressaltando sua atualidade e relevância para uma compreensão crítica e transformadora da história.

### 3.1 Crítica ao historicismo e ao determinismo

O historicismo concebe a história como uma linha contínua, progressiva e ascendente, na qual cada acontecimento decorre de forma lógica e inevitável dos fatos que o precedem. Essa perspectiva estabelece uma sucessão causal que culmina no presente, entendido como o ápice de um processo evolutivo inevitável.

Dessa forma, o passado é reduzido a uma simples etapa preparatória para o presente, como se este fosse o desfecho natural e desejável da trajetória humana. Tal concepção apaga as complexidades, contradições e múltiplas possibilidades que atravessaram o tempo histórico, silenciando experiências alternativas e sufocando as potências de transformação que, embora não concretizadas, ainda persistem como latências significativas.

Ao priorizar essa linearidade casual, o historicismo apaga os conflitos, rupturas e derrotas que constituem a trama da história. Ele constrói uma narrativa que naturaliza o curso dos eventos e o apresenta como inevitável, o que, segundo Walter Benjamin (2020), tem como consequência a legitimação das estruturas de poder e opressão vigentes.

Essa narrativa conformista promove uma aceitação passiva da realidade, impedindo uma compreensão crítica do passado como um campo de lutas e possibilidades abertas. Para Benjamin (2020), esse apagamento histórico serve aos interesses das classes dominantes, que se beneficiam de uma memória seletiva que reforça sua hegemonia.

O determinismo histórico, por sua vez, compartilha com o historicismo essa visão limitada da história ao considerar que os eventos históricos são regidos por forças externas, absolutas e inalteráveis. De acordo com essa concepção, o destino das sociedades humanas já estaria previamente traçado, restando aos indivíduos apenas o papel de espectadores de um enredo previamente escrito.

Ao reduzir o papel da ação humana e das decisões coletivas, o determinismo esvazia a história de seu caráter imprevisível e contingente, eliminando a capacidade de imaginar futuros alternativos. Benjamin (2020) denuncia esse tipo de pensamento como uma das raízes da passividade política, pois ele paralisa a ação diante da catástrofe contínua que é o progresso acumulado como ruína.

Na Tese VI, Benjamin (2020, p. 70) critica explicitamente essa visão tradicional da história:

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “como ele foi de fato”. Significa apoderar-se de uma recordação, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Para o materialismo histórico, trata-se de capturar uma imagem do passado tal como ela, no instante do perigo, configura-se inesperadamente ao sujeito histórico. O perigo ameaça tanto a sobrevivência da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos ele é um e o mesmo: entregar-se como ferramenta da classe dominante. Em cada época, deve-se tentar novamente liberar a tradição de um conformismo, que está prestes a subjugar-lá. Pois o Messias não vem apenas como Redentor, ele vem como o vencedor do Anticristo. Apenas tem o dom de atizar no passado aquelas centelhas de esperança o historiógrafo atravessado por esta certeza: nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Essa abordagem recupera a ideia de que o passado carrega momentos críticos, relâmpagos em tempos de perigo, que quando reconhecidos, revelam possibilidades de resistência e emancipação. Esses momentos escapam às grandes narrativas lineares, pois representam aberturas no tempo histórico, momentos de interrupção e de potencial transformação.

O filósofo argumenta que o passado não é um registro neutro ou fixo, mas sim um campo de disputa simbólica e política. Ele propõe que o historiador materialista intervenha nesse campo, rompendo com o conformismo ao resgatar as “centelhas de esperança” sepultadas nas narrativas dominantes.

Esse trabalho não é apenas de rememoração, mas de reconstrução ativa da memória como ferramenta crítica. A história deixa de ser uma simples sucessão cronológica de fatos e passa a ser concebida como um espaço de intervenção no presente, uma fonte de energia política.

Na Tese XVII, há uma profunda crítica ao “tempo homogêneo e vazio” que sustenta a visão historicista.

O historicismo culmina com razão na História Universal. Talvez mais do que de qualquer outra, a historiografia materialista se afasta dela em seu método. A História Universal não tem uma armadura teórica. Seu procedimento é aditivo; ela usa a massa dos fatos para preencher o tempo homogêneo e vazio. Já o fundamento da historiografia materialista, por sua vez, é um princípio construtivo. O pensar envolve não apenas o movimento dos pensamentos, mas também a sua suspensão. Onde quer que o pensar se detenha subitamente numa constelação saturada de tensões, ele transmite a esta um choque, graças ao qual ela se cristaliza em mônada. O materialista histórico só e tão somente aborda um objeto histórico quando ele se lhe apresenta enquanto mônada. Nessa estrutura ele reconhece o signo de uma suspensão messiânica do acontecido; dito de outro modo, uma oportunidade revolucionária na luta em favor do passado reprimido. Ele percebe nela a ocasião para fazer explodir uma época específica do curso homogêneo da história, assim ele arranca uma vida determinada de uma época; assim, um

trabalho determinado de uma obra completa. O ganho desse seu procedimento consiste em preservar e ao mesmo tempo se superar *no* trabalho isolado a obra completa, *na* obra completa a época, e *na* época o período inteiro da história. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente traz o tempo em seu *interior*, como uma semente preciosa, mas desprovida de sabor (Benjamin, 2020, p. 85).

Nessa crítica, Benjamin (2020) aponta que a história universal, ao acumular fatos sem reflexão crítica, esvazia o tempo de sentido e apaga as forças que impulsionam a mudança. Ele propõe, em contraposição, uma abordagem construtiva e dialética, em que o passado é condensado em “mônadas”, unidades saturadas de tensões que, quando ativadas no presente, revelam seu potencial revolucionário.

Essa concepção transforma o tempo em algo denso, carregado de possibilidades, em vez de um vazio a ser preenchido com dados. Segundo Löwy (2005), essa perspectiva historicista não apenas falha ao compreender a história, mas reforça narrativas que justificam e perpetuam a dominação. Ao ignorar as rupturas e os momentos de insurgência, ela se torna cúmplice da opressão.

A história, portanto, deve ser vista como um campo de rupturas e conflitos, em que cada momento está carregado de significados e possibilidades. Benjamin (2020) utiliza o conceito de “mônada” para descrever o passado como algo que pode ser reconfigurado e ressignificado no presente, iluminando caminhos de transformação. Essa perspectiva rompe com a linearidade do historicismo e destaca a importância da memória como uma força ativa na história.

Outra questão encontrada nas teses é a crítica à ideia de progresso. Ao rejeitar a noção de que o progresso é contínuo e redentor, como defendem tanto o historicismo quanto o determinismo, compreende-se que o progresso é um campo de disputas que frequentemente legitima a violência e a dominação, ignorando as ruínas e os custos humanos acumulados ao longo do tempo.

Benjamin (2020) alerta que as classes dominantes frequentemente se apropriam das narrativas históricas para fortalecer seu poder, apagando as memórias das lutas dos oprimidos.

Contra esse apagamento, Benjamin (2020, p. 74) propõe “escovar a história a contrapelo”, revisitando os fragmentos esquecidos e revisitando as vozes silenciadas. Essa postura subverte as narrativas hegemônicas e coloca em evidência os conflitos e as injustiças que as moldaram.

As teses também reforçam o papel ativo do ser humano na história. Agostini (2019) defende que as grandes rupturas históricas não são frutos de leis imutáveis ou inevitáveis, mas resultado de intervenções conscientes que desafiam as estruturas dominantes. Essa perspectiva coloca o ser humano como protagonista, responsável por moldar futuros alternativos que respondam às demandas do presente. Assim,

Para captar a catástrofe não basta ser um historiador da cultura, como se fosse possível separá-la das condições sociais e políticas. Antes, é preciso angajar-se em favor dos oprimidos num despertar da consciência revolucionária. Faz-se necessário, portanto, nadar contra a corrente ou contra a história factual dos poderes estabelecidos, pois esta história não é dialética; antes, é reificada, fetichista e historicista; leva o culto de heróis do sucesso, diante dos quais nos curvávamos como se fossem senhores do sucesso do progresso (Agostini, 2019, p.43).

Dessa forma, desafiar as concepções historicistas e deterministas propõe uma visão da história como um espaço dinâmico e aberto a transformações. O passado deve ser constantemente reimaginado, não como algo fixo, mas como uma fonte de possibilidades que podem ser mobilizadas para promover resistência e mudança. Essa concepção exige uma postura ativa e crítica, tanto por parte dos historiadores quanto das sociedades.

Em síntese, Walter Benjamin (2020) apresenta a história como um campo de luta, onde o passado pode ser redimido e o futuro, transformado. Ele rejeita o determinismo e o historicismo por limitarem a compreensão histórica e perpetuarem a opressão. Em seu lugar, Benjamin (2020) propõe uma abordagem que ilumine as potencialidades esquecidas, dê voz aos vencidos e inspire uma luta contínua por justiça e liberdade.

### **3.2 Relação entre materialismo histórico e teologia**

Walter Benjamin (2020) estabelece uma relação interessante entre materialismo histórico e teologia, desafiando abordagens que os consideram opostos ou incompatíveis. No viés benjaminiano, o materialismo histórico fornece instrumentos analíticos poderosos para compreender as estruturas sociais e econômicas, mas se limita ao abordar a experiência humana apenas em termos de objetivos e materiais. Pensando nisso, Löwy (2020, p. 5) assinala que “Walter Benjamin ocupa um lugar singular na história do pensamento crítico moderno: ele é o primeiro partidário do materialismo histórico a romper radicalmente com a ideologia do progresso linear”.

A teologia, por outro lado, apresenta uma dimensão ética e espiritual que possibilita a análise histórica de um caráter transformador, ao reorientá-la para a memória e a justiça dos oprimidos. Essa articulação não implica uma fusão mecânica entre os dois campos, mas um diálogo que permite a construção de uma história mais crítica e engajada. Acerca disso, na Tese I, Benjamin (2020) diz:

Sabe-se que deve ter existido um autômato construído de tal sorte que, a cada movimento de um enxadrista, contra-atacava com outro lance, o que lhe garantia a vitória na partida. Um boneco em trajes de turco, com um narguilé na boca, sentava-se ante do tabuleiro que ficava sobre uma ampla mesa. Através de um sistema de espelhos, criava-se a ilusão de que a mesa era transparente por todos os lados. Na verdade, havia um anão corcunda

escondido dentro, o qual era um mestre no xadrez e manipulava com fios as mãos do boneco. É possível então imaginar uma contrapartida filosófica desse aparato. O boneco chamado “Materialismo Histórico” há de vencer sempre. Sem dúvidas, ele está à altura de qualquer adversário se tomar a teologia a seu serviço, ela que é hoje pequena e feia e, de qualquer maneira, não se deixa ver (Benjamin, 2020, p.66).

A imagem do autômato de xadrez, apresentada na Tese I, é uma das ilustrações mais emblemáticas dessa relação. O autômato, que representa o materialismo histórico, aparentemente opera sozinho, movendo-se de forma lógica e invencível no tabuleiro da história. Contudo, seu desempenho depende de um ano não corcunda oculto, a teologia, que secretamente orienta seus movimentos.

Essa analogia não apenas destaca a indispensabilidade da teologia como guia ético, mas também enfatiza sua invisibilidade no pensamento moderno, onde muitas vezes é relegado a um papel secundário ou mesmo ignorado. Benjamin (2020) utiliza essa imagem para sugerir que, sem o auxílio da teologia, o materialismo histórico perde sua capacidade de resgatar o sentido humano das lutas históricas.

A teologia, em Benjamin, não deve ser confundida com um sistema religioso tradicional ou dogmático. Trata-se de uma abordagem que privilegia conceitos como memória, esperança e redenção, funcionando como uma força ética capaz de desafiar a linearidade e o determinismo das leituras históricas convencionais.

Ao incorporar essa perspectiva, o materialismo histórico se torna capaz de resgatar as histórias dos derrotados, devolvendo-lhes significado e relevância. Essa visão rompe com o reducionismo econômico e estruturalista de parte da tradição marxista, ao inserir as dimensões espirituais e subjetivas nas narrativas históricas.

O conceito de redenção, central para Benjamin (2020), não deve ser entendido no sentido teológico convencional, mas como uma prática histórica e política. A redenção, aqui, significa reativar as lutas e aspirações dos marginalizados, trazendo-as para o presente como força de transformação.

Nesse sentido, a teologia não é uma alternativa ao materialismo histórico, mas um complemento que o capacita a enxergar os esquecidos da história como sujeitos ativos e dignos de justiça. A prática do historiador materialista, segundo Benjamin (2020), deve ser a de reconstituir essas memórias e dar voz aos silenciados, integrando suas histórias em um projeto político de mudança.

Na Tese IX, Benjamin (2020) aprofunda essa articulação ao introduzir a imagem do *Angelus Novus*, pintura de Paul Klee que se torna metáfora do anjo da história:

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Nele se apresenta um anjo que parece estar na iminência de afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. É assim que deve parecer o Anjo da História. Sua face se volta para o passado. Lá onde *nós* vemos surgir uma sequência de eventos, *ele* vê uma catástrofe única, que incessantemente empilha escombros sobre escombros e os lança a seus pés. Ele gostaria de se demorar, de despertar os mortos e reunir de novo o que foi esmagado. Mas uma tempestade sopra do paraíso, que se agarra às suas asas, e é tão forte que o Anjo já não as consegue mais fechar. Essa tempestade o leva inexoravelmente para o futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto diante dele a pilha de escombros cresce rumo ao céu. Aquilo que chamamos de progresso é *essa* tempestade (Benjamin, 2020, p. 76).

O anjo, empurrado pelo vento do progresso em direção ao futuro, olha para trás e vê apenas destroços e ruínas. Seu desejo é parar e resgatar os fragmentos do passado, mas é incapaz de deter-se. Essa imagem encapsula a tensão entre materialismo histórico e teologia: enquanto a primeira analisa as estruturas materiais e os movimentos sociais, a segunda enfatiza a urgência de redimir os derrotados e transformar a história em uma prática ética. O anjo da história não é apenas uma crítica ao historicismo, mas também um convite para que a história seja escrita sob a perspectiva dos vencidos.

A crítica de Benjamin (2020) ao historicismo é central para sua defesa da teologia como parte essencial do pensamento histórico. Ele rejeita a visão linear e progressista da história, que celebra as vitórias enquanto ignora os sofrimentos causados pelo progresso. Em oposição a essa narrativa, Benjamin (2020) propõe um modelo de história orientado pela memória dos oprimidos. A teologia, ao destacar o sofrimento humano e a necessidade de redenção, força o materialismo histórico a questionar a narrativa dominante e a adotar uma postura crítica em relação às forças que moldam o passado e o presente.

Outro elemento fundamental do pensamento benjaminiano é a noção de tempo. Para Benjamin (2020), o tempo histórico não é uma sequência contínua, mas uma sucessão de momentos críticos nos quais o passado pode ser ativada para transformar o presente. Essa concepção de tempo está profundamente ligada à ideia de interrupção, que é um materialismo histórico à teologia. Enquanto o materialismo histórico confirma as contradições das estruturas dos materiais, a teologia fornece o impulso ético para que essas contradições sejam transformadas em oportunidades de mudança.

A introdução de uma dimensão de esperança é outro aspecto crucial da relação entre materialismo histórico e teologia. Para Benjamin (2020), essa esperança não é passiva, mas uma força ativa que motiva a luta pela justiça. Sem a teologia, o materialismo histórico pode se tornar cínico ou resignado diante das estruturas de poder e opressão. A teologia, ao contrário, confere uma perspectiva utópica ao materialismo histórico, permitindo que ele visualize e lute por um futuro que transcenda as limitações do presente.

Segundo Benjamin (2020), a memória desempenha um papel central na construção de uma história crítica e transformadora. A teologia fortalece o materialismo histórico ao exigir que o historiador não apenas analise os fatos do passado, mas também resgate as vozes dos marginalizados, iluminando suas lutas e aspirações.

Esse resgate, no entanto, não é meramente retrospectivo; ele estabelece regras entre o passado e o presente, criando uma base ética para ações políticas que buscam justiça e igualdade. Assim, a história deixa de ser apenas um relato dos vencedores para se tornar um espaço de disputa e reinterpretação.

Em resumo, Walter Benjamin (2020) apresenta uma concepção de história em que materialismo histórico e teologia não estão em oposição, mas em um diálogo produtivo e transformador. A teologia, ao introduzir valores como memória, esperança e redenção, complementa o materialismo histórico ao conferir-lhe uma profundidade ética que transcende a análise estrutural.

Essa integração permite que o materialismo histórico não apenas compreenda o passado, mas também transforme o presente e projete um futuro mais justo. Com isso, Benjamin (2020) desafia tanto o determinismo do marxismo tradicional quanto a linearidade do historicismo, propondo uma visão de história que é, ao mesmo tempo, crítica, compassiva e orientada para a ação.

### 3.2 A história a contrapelo

Walter Benjamin (2020), na Tese VII, apresenta uma crítica contundente à historiografia tradicional, que tende a narrar o passado sob a ótica dos vencedores. Tal perspectiva constrói uma narrativa linear e triunfalista, em que os eventos históricos são apresentados como uma sequência inevitável de êxitos. Para Benjamin (2020), esse tipo de relato não apenas reduz a complexidade dos processos históricos, como também colabora para a legitimação das estruturas de poder ao invisibilizar conflitos, resistências e derrotas que atravessam a experiência humana.

Como contraponto a essa narrativa, Benjamin (2020, p. 74) propõe o gesto de “escovar a história a contrapelo”, adotando uma abordagem crítica voltada à revelação dos vestígios suprimidos pelos discursos hegemônicos. Na Tese VII, Benjamin (2020) escreve:

Fustel de Coulanges recomendava ao historiador que quisesse reviver uma época, que ele tirasse da cabeça tudo o que soubesse do que ocorreu posteriormente a ela. Não se pode dar melhor definição do procedimento a que o materialista histórico se contrapõe. É um procedimento de empatia. Sua origem é a inércia do coração, a acedia, que falha em capturar a autêntica imagem histórica, que relampeja fugaz. Para os teólogos medievais, a acedia era o fundamento da tristeza. Flaubert, que a conhecia de

perto, escreveu: “Peu de gens devineront combien il a fallu être triste pour ressusciter Carthage”. A natureza dessa tristeza se tornará mais evidente quando nos perguntamos com quem propriamente o historiógrafo do historicismo tem empatia. A resposta é inevitavelmente: com o vencedor. Os que ora dominam são herdeiros de todos os que venceram. A empatia com os vencedores beneficia, portanto, sempre os que ora dominam. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje foram vencedores vão junto ao cortejo triunfal dos dominantes, que marcham sobre aqueles que jazem hoje no chão. Os espólios, como de costume, são levados no cortejo triunfal. São os chamados bens culturais. O materialista histórico os observa sempre com o devido distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele contempla têm uma origem sobre a qual não pode refletir sem horror. Devem a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios, que os criaram, mas também à corveia anônima dos contemporâneos destes. Não há um documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como a cultura não está livre da barbárie, assim também ocorre com o processo de sua transmissão, na qual ela é passada adiante. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico dela se afasta ao máximo. Ele considera que a sua tarefa é escovar a história a contrapelo (Benjamin, 2020, p. 71-74).

Essa concepção ultrapassa o campo teórico e se afirma como postura ética e política. Ao recuperar as vozes dos oprimidos, Benjamin (2020) rompe com a lógica dominante que naturaliza sua exclusão. Resgatar essas memórias significa confrontar diretamente a crença no progresso linear, que projeta o passado como caminho rumo a um futuro idealizado, desconsiderando os custos humanos e as contradições acumuladas. Nesse sentido, a história passa a ser compreendida como um terreno de disputas e possibilidades em aberto.

O papel do historiador, então, assume nova centralidade. Benjamin (2020) o compara a um colecionador de fragmentos, alguém que busca os rastros esquecidos para reconstruir narrativas mais inclusivas e críticas. Não se trata apenas de recontar os fatos, mas de desvelar os silêncios impostos e denunciar as injustiças ocultadas nas versões oficiais. Como Benjamin (2020) afirma na Tese VIII:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” <<Ausnahmezustand>>, no qual estamos vivendo, é a regra. Precisamos atingir um conceito de história que corresponda a esse dado. Então, veremos que a nossa tarefa é a de induzir ao estado de exceção efetivo; e desse modo, melhorará a nossa posição na luta contra o fascismo. Este tem se aproveitado da situação favorável de que seus adversários se contrapõem a ele em nome do progresso como norma histórica. O espanto ante o fato de que as coisas que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis não tem *nada* de filosófico. Ele não se encontra no início de um conhecimento, a não ser aquele que aponta para o fato de que a representação da história da qual ele deriva não pode ser sustentada (Benjamin, 2020, p.75).

Na Tese VIII, Benjamin (2020) aprofunda sua crítica ao argumentar que o “estado de exceção”, caracterizado por repressão, violência e desigualdade, não é uma ruptura eventual, mas a própria norma que estrutura a vida dos oprimidos. A narrativa triunfalista, ao

naturalizar o progresso, oculta essas violências e contribui para a perpetuação da exclusão. Enxergar essa realidade exige romper com as ilusões que sustentam o discurso dominante.

Criar um “verdadeiro estado de exceção”, nessa perspectiva, significa inverter o olhar histórico, trazendo à tona as lutas esquecidas e os projetos emancipatórios interrompidos. Esse movimento não se limita à teoria; ele demanda um engajamento prático, no qual o passado é mobilizado como ferramenta crítica para iluminar as contradições do presente e inspirar novos horizontes de justiça.

Essa crítica à noção de tempo linear ganha densidade na Tese XIV, em que Benjamin (2020) introduz o conceito de “tempo-agora” (*Jetztzeit*):

A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele que vem preenchido pelo tempo-agora. Assim, para Robespierre, a Roma antiga era um passado carregado de tempo-agora, que ele fez explodir do *continuum* da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma ressurgida. Ela citava a Roma antiga exatamente como a moda cita um traje do passado. A moda tem o faro para o atual, onde quer que ele se mova no matagal do outrora. Ela é o salto de tigre em direção ao passado. Só que esse salto se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o céu livre da história, é o salto dialético, como Marx concebeu a Revolução (Benjamin, 2020, p. 83).

Com essa formulação, Benjamin (2020) defende que determinados momentos do passado concentram significados que, ao serem ativados no presente, operam como forças de ruptura. O tempo deixa de ser uma sequência neutra para tornar-se carregado de tensões históricas, um tempo intensificado, no qual a memória atua como potência crítica e transformadora.

Ao desestabilizar a crença no progresso inevitável, Benjamin (2020) revela como essa ideia serve aos interesses dos grupos dominantes, ao apagar as lutas sociais e reforçar as desigualdades. Löwy (2005) aprofunda essa crítica ao mostrar que o discurso progressista neutraliza rupturas históricas e esvazia os sentidos insurgentes da memória. Nesse contexto, o historiador torna-se mediador entre tempos distintos, ativando fragmentos silenciados como forma de confrontar as estruturas que naturalizam a opressão.

É nesse ponto que a centralidade da ação humana se afirma. Para Benjamin (2020), as transformações históricas não decorrem de leis naturais, mas de decisões conscientes e resistências organizadas. O passado, quando mobilizado politicamente, deixa de ser arquivo morto e se torna território de disputa, lugar onde se forjam alternativas possíveis ao presente.

Essa proposta ressoa em outras perspectivas críticas, como a de Leonardo Boff (1999, p. 141), que afirma: “a libertação dos oprimidos deverá provir deles mesmos, na medida em que se conscientizam da injustiça de sua situação, se organizam entre si e começam com práticas que visam transformar estruturalmente as relações sociais iníquas”.

A aproximação entre Benjamin (2020) e Boff (1999) reside na valorização dos sujeitos oprimidos como protagonistas da história. A memória, nesse horizonte, não se limita ao registro de vivências passadas, mas assume o papel de instrumento de luta e resistência. Escovar a história a contrapelo, portanto, não é apenas método analítico, é atitude ética e política diante do mundo.

Essa perspectiva também redefine o papel do historiador e do educador, exigindo deles um compromisso com as vozes silenciadas e com as lutas do presente. A história, nesse sentido, deixa de ser celebração dos vencedores e passa a ser campo onde as memórias dos vencidos podem ser reativadas como potência crítica em direção a um futuro mais justo.

Contudo, esse projeto de transformação encontra barreiras estruturais. Entre elas, destaca-se a alienação das massas empobrecidas, que muitas vezes não reconhecem sua condição de opressão nem se percebem como sujeitos históricos. Como alerta Boff (2000):

Essa alienação faz com que as massas empobrecidas não se rebelam; pior ainda, esperam a libertação como graça de seus opressores históricos e a cidadania, concedida pelo Estado elitista. Nunca houve uma ruptura libertadora que permitisse a emergência de um outro sujeito de poder, capaz de ocupar a cena histórica e moldar a sociedade brasileira (Boff, 2000, p. 39-40).

Essa reflexão evidencia a profundidade das estruturas de dominação e reforça a necessidade de práticas educativas voltadas à consciência histórica. Assim como Benjamin (2020, p. 70) defende a recuperação das “centelhas de esperança” soterradas no passado, é urgente ativar as potências do presente. Para tanto, é preciso reconhecer os sujeitos silenciados não apenas como vítimas da história, mas como agentes capazes de reconfigurá-la.

Essa concepção rompe com a ideia de uma história orientada por causas e efeitos previsíveis, valorizando a memória como instrumento de mobilização política. O tempo, assim, não é contínuo, mas denso e propenso a rupturas.

Essa crítica à linearidade histórica também encontra eco em Schwarcz e Starling (2015), ao afirmarem:

História não é mesmo conta de soma de dois mais dois, e historiador nada tem de futurologista ou leitor de búzios. [...] Muitas características do passado insistem em continuar presentes, retornam e não desaparecem por efeito de decreto ou boa vontade. A miséria se mantém assolando importante parcela da população, e, a despeito dos tantos progressos realizados, continuamos apresentando índices que nos colocam entre os países campeões no quesito desigualdade social (Schwarcz; Starling, 2015, p. 506-507)

A inserção dessa reflexão contemporânea reforça o pensamento benjaminiano de que a história não se desenvolve por progresso acumulativo, mas como campo de permanências e

rupturas. Reconhecer os vestígios do passado no presente é tarefa do historiador que se recusa a naturalizar as desigualdades e se compromete com a crítica às estruturas que as sustentam.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de história proposta por Walter Benjamin (2020) oferece um referencial teórico potente para enfrentar os desafios da historiografia contemporânea. Ao romper com as ideias de linearidade, progresso inevitável e neutralidade histórica, Benjamin (2020) nos convoca a repensar o papel do historiador e o sentido da narrativa histórica como ato político e ético.

Sua crítica ao historicismo e ao determinismo permite compreender o passado como campo de disputas simbólicas, onde as vozes dos vencidos, muitas vezes silenciadas pelas estruturas de poder, podem ser resgatadas como fontes de resistência e esperança. Nesse sentido, escovar a história a contrapelo não é apenas um exercício interpretativo, mas uma forma de justiça histórica.

A articulação entre materialismo histórico e teologia, longe de ser uma contradição, revela-se como uma aliança necessária. A teologia, em seu sentido benjaminiano, introduz no pensamento histórico uma dimensão ética e redentora, orientando o olhar para os fragmentos e ruínas do passado com sensibilidade às injustiças acumuladas. Trata-se de restaurar os vínculos entre memória, sofrimento e transformação.

Essa abordagem se mostra particularmente relevante para o campo da educação. O ensino de história, inspirado na perspectiva benjaminiana, pode se tornar um espaço de formação crítica, em que o passado não é estudado como simples sucessão de fatos, mas como instrumento de conscientização e ação. Ao resgatar os oprimidos e questionar os discursos de poder, o ensino histórico pode fomentar sujeitos ativos e comprometidos.

Nesse contexto, autores como Paulo Freire contribuem para ampliar a reflexão sobre a prática docente crítica e transformadora, aproximando a educação da realidade social vivida pelos sujeitos. Também pesquisadores que discutem memória, narrativa e ensino de história podem fortalecer o diálogo entre a teoria benjaminiana e a ação pedagógica no espaço escolar.

Assim, o pensamento de Walter Benjamin (2020) permanece atual e necessário. Em tempos de crise democrática, de avanços autoritários e de negação do passado, suas teses *Sobre o conceito de História* funcionam como um chamado à responsabilidade histórica. Cabe ao historiador, ao educador e ao cidadão tomar parte na tarefa de “escovar a história a contrapelo”,

resgatando as “centelhas de esperança” deixadas pelos que vieram antes.

Conclui-se, portanto, que a proposta benjaminiana de história não apenas amplia os horizontes teóricos da historiografia, mas também oferece caminhos práticos e transformadores para o campo educacional. Através dela, o passado se torna um aliado na luta por um futuro mais justo, onde as memórias dos oprimidos possam finalmente ser reconhecidas, narradas e valorizadas.

Entretanto, este trabalho apresenta alguns limites. Por se tratar de uma pesquisa de caráter bibliográfico, não houve realização de pesquisa de campo nem acompanhamento de práticas docentes que permitissem observar, na realidade escolar, como as contribuições de Walter Benjamin podem ser desenvolvidas no ensino de História. Essa ausência constitui uma fragilidade da pesquisa, ao mesmo tempo em que aponta possibilidades para estudos futuros.

Desse modo, abre-se espaço para novas investigações que relacionem a concepção benjaminiana de história às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, especialmente no que se refere à construção de uma consciência histórica crítica. Estudos futuros também poderão analisar como os professores mobilizam memória, narrativa, experiência e resistência em suas práticas docentes, aproximando o pensamento de Benjamin das discussões educacionais contemporâneas. Além disso, o diálogo com autores do campo da educação e do ensino de História poderá contribuir para aprofundar a compreensão do papel docente na formação de sujeitos críticos e historicamente conscientes.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. Organização e tradução: Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

LÖWY, Michael. Tempo Messiânico e Historicidade Revolucionária em Walter Benjamin. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 2069-2089, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/TrgyhmHK7ky33Rh7nFmVq8k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2025.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.